

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO

PROGRAMA DE GEOGRAFIA A

10º e 11º ou 11º e 12º anos

**Cursos Científico-Humanísticos de Ciências Socioeconómicas
e de Ciências Sociais e Humanas**

Formação Específica

Autoras

Maria Luísa Alves

Maria Manuela Brazão

Odete Sousa Martins (Coordenadora)

Homologação

05/03/2001 (10º Ano)

06/12/2001 (11º Ano)

ÍNDICE

I - Introdução	2
1. Contexto e Justificação	3
2. Natureza da disciplina e sua integração no currículo	6
II - Apresentação do Programa	8
1. Finalidades	9
2. Objectivos Gerais/Competências.....	10
3. Visão Geral dos Temas/Conteúdos....	12
4. Sugestões Metodológicas Gerais	13
5. Recursos	19
6. Avaliação	20
III – Desenvolvimento do Programa.....	22
1. Gestão de Temas/Conteúdos de 10º Ano	23
2. Especificação dos Temas/Conteúdos de 10º Ano	25
3. Gestão de Temas/Conteúdos de 11º Ano	40
4. Especificação dos Temas/Conteúdos de 11º Ano	42
IV – Bibliografia	58

PARTE I

INTRODUÇÃO

1. CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO

As opções tomadas pelo grupo de trabalho que delineou os conteúdos programáticos e as linhas orientadoras dos programas de Geografia (A e B) e de Técnicas de Ordenamento do Território tiveram como quadro de referência:

- a Lei de Bases do Sistema Educativo, os documentos orientadores das políticas do Ministério da Educação e as orientações emanadas pelo DES. Destes documentos salientamos dois grandes princípios orientadores: no que concerne aos Cursos Gerais, garantir os sistemas de permeabilidade e a promoção de uma formação científica sólida no domínio dos conhecimentos; no que concerne aos Cursos Tecnológicos contribuir para a aprendizagem das competências consideradas necessárias para o exercício de actividades profissionais qualificadas;
- os princípios estabelecidos na Carta Internacional da Educação Geográfica;
- a inexistência, de facto, de um ensino da Geografia dirigido objectivamente ao estudo de Portugal em qualquer dos ciclos de estudo anteriores ao Ensino Secundário.

A tomada de decisões alicerçou-se ainda:

- nos resultados de um estudo realizado pela Associação de Professores de Geografia acerca dos conhecimentos sobre Portugal dos alunos ao momento da entrada no 3º Ciclo do Ensino Básico (7º ano) e à entrada no Ensino Secundário (10º ano);
- nos resultados preliminares do inquérito “Concepção e Perspectivas dos Professores de Geografia” lançado pela Associação de Professores de Geografia;
- em consultas presenciais realizadas a representantes dos Conselhos Científicos de diferentes departamentos do Ensino Superior onde são leccionados cursos de Geografia, Planeamento Regional e Urbano ou Ambiente e Ordenamento do Território – Faculdades de Letras das Universidades Clássicas de Coimbra, de Lisboa e do Porto; Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Aveiro;
- no contributo que as disciplinas de Geografia e de Técnicas de Ordenamento do Território podem dar, em cada um dos cursos em que estão inseridas, considerando o carácter geral ou tecnológico desse mesmo curso;
- nas sugestões propostas pelos consultores científicos e pelos consultores pedagógicos e, ainda, pelas escolas e docentes que os fizeram de forma espontânea.

Assim, o grupo de trabalho tomou como opção:

- centrar, em Portugal, os conteúdos a abordar nos 10º e 11º anos, alargando a escala de análise à União Europeia, sobretudo no 11º ano;

- centrar, com excepção para a disciplina de Geografia do 12º ano do Curso Tecnológico de Ordenamento do Território, os conteúdos do 12º ano, em problemáticas de âmbito geográfico relevantes a nível mundial. Esta opção de centrar os conteúdos no território português no 10º e 11º anos, catapultou para o 12º ano, no caso do Curso Tecnológico de Turismo, uma análise dos fenómenos à escala mundial que são relevantes para o Turismo: mobilidade das pessoas, seus objectivos e natureza dos fluxos; problemas ligados à grande e rápida mobilidade das pessoas entre áreas geográficas distantes e distintas.

O grupo de trabalho deu cumprimento às orientações superiormente estabelecidas para a elaboração dos programas, nomeadamente ao:

- indicar o conjunto de conceitos e competências essenciais adquiridas no Ensino Básico necessário para o desenvolvimento de cada um dos programas. A identificação deste conjunto de conceitos e competências foi amplamente debatido com o grupo de trabalho do DEB responsável pela disciplina de Geografia, no 3º Ciclo do Ensino Básico. A introdução no programa da listagem acima referida não pressupõe que a avaliação diagnóstica e a implementação de estratégias de remediação se realize de modo exaustivo no módulo inicial mas, também, no início de cada um dos temas em que tal se considere necessário, de modo a adequar as planificações à real situação dos alunos;
- introduzir um módulo inicial que, tal como o previsto nas orientações para elaboração dos programas, contribua por um lado, para colmatar deficientes aquisições de conceitos e competências e, por outro lado, para a criação de um momento de descoberta dos alunos, nomeadamente no que se refere aos seus hábitos de trabalho, à atitude do aluno perante a escola, em geral e a disciplina, em particular. Assim, no âmbito desta avaliação diagnóstica pretende-se, também, que o professor conheça o significado que a disciplina tem para cada um dos seus alunos, o grau de interesse e as respectivas motivações, de modo a colher informações que orientem o desenvolvimento programático, para além do saber e do saber fazer, contribuindo para o saber ser e o saber evoluir.

O grupo de trabalho teve como preocupação:

- proporcionar, através das sugestões metodológicas e da apresentação de uma lista de conceitos/noções básicas, uma clarificação dos conteúdos e uma delimitação do grau de aprofundamento dos mesmos, no sentido de viabilizar a exequibilidade dos programas;
- a articulação vertical dos conteúdos. Nesse sentido, são apresentados alinhamentos de conteúdos para o 10º e 11º anos no caso da disciplina ser bienal (Geografia A e Técnicas de Ordenamento do Território) e alinhamentos de conteúdos para o 10º, 11º e 12º anos (Geografia B – C. T. de Turismo; Geografia B – C. T. de Ordenamento do Território);
- a articulação com outras disciplinas da componente científico-tecnológica cujos conteúdos programáticos se articulam directamente com a disciplina de Geografia, nomeadamente a disciplina de Técnicas de Ordenamento do Território no caso do Curso Tecnológico de Ordenamento do Território, de

modo a não haver sobreposição dos mesmos, podendo haver, eventualmente, franjas que se tocam ou se interpenetram o que deverá ser encarado como uma possibilidade de estabelecer “pontes” e de dar um carácter de continuidade às diferentes disciplinas afins;

- a articulação com outras disciplinas da componente científico-tecnológica, nomeadamente as disciplinas de Património Local e Regional e de Técnicas de Actividades Turísticas no caso do Curso Tecnológico de Turismo e das disciplinas de Ecologia e de Técnicas de Ordenamento do Território no caso do Curso Tecnológico de Ordenamento do Território, participando em reuniões com os respectivos coordenadores de modo a privilegiar a articulação entre as mesmas;
- dar resposta às sugestões de competências transversais a desenvolver pelos alunos que frequentam o Ensino Secundário, nomeadamente as relativas à Educação Ambiental, à Educação para a Saúde, à promoção de uma Educação para a Cidadania e à utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

2. NATUREZA DA DISCIPLINA E SUA INTEGRAÇÃO NO CURRÍCULO

Todo o processo educativo se desenvolve, actualmente, numa sociedade complexa que sofre modificações a ritmos cada vez mais acelerados. Viver numa sociedade global, em constante mutação, em que as preocupações com a relação população-ambiente aumentam e se dá cada vez mais ênfase a uma educação multicultural, exige que o processo educativo se desenvolva tendo como objectivo último a promoção da educação para a cidadania.

Uma sociedade que valoriza a democracia e maximiza a liberdade individual é uma sociedade que depende da capacidade da sua população em tomar decisões adequadas aos problemas que a sociedade enfrenta. Cada vez se torna mais difícil para cada pessoa, saber situar-se, reconhecer o que em cada momento é importante, de forma a estar preparada para valorizar a diversidade, aceitar a mudança e gerir de forma autónoma e criativa, com respeito pelos outros, a sua própria realidade.

Os valores educativos de uma disciplina, qualquer que ela seja, traduzem o fundamental da sua contribuição para a formação pessoal, social, técnica e científica dos alunos. A Geografia, tal como as outras Ciências Sociais, tem como objecto de estudo a “realidade” mas, a sua originalidade advém do tipo de questões que coloca, numa visão que interrelaciona os fenómenos físicos e humanos com o espaço onde estes ocorrem. Se é verdade que a Geografia desempenha um papel importante na preparação dos jovens para a vida do dia a dia e lhes fornece uma informação correcta sobre o mundo actual, também é um facto que os prepara para tomarem decisões e agirem socialmente.

O conhecimento geográfico inclui componentes muito diversificadas — ambiental, social, económica e cultural — que se concretizam em cada território. Dada a variedade de conhecimentos que mobiliza, a Geografia favorece a articulação com saberes diferentes, concorrendo para a afirmação de um saber integrado e coerente. Através das descobertas que promove, a educação geográfica estimula a consolidação de uma atitude crítica, o debate de ideias e a tomadas de decisões.

Neste contexto, a inclusão da disciplina de Geografia no Curso Geral de Ciências Sociais e Humanas tem como finalidade proporcionar aos alunos uma formação que lhes facilite a compreensão da crescente interdependência dos problemas que afectam os territórios e as relações do homem com o ambiente, permitindo-lhes participar nas discussões relativas à organização do espaço e desenvolver atitudes de solidariedade territorial, numa perspectiva de sustentabilidade.

O carácter optativo das disciplinas que constituem a componente específica do Curso Geral de Ciências Sociais e Humanas do Ensino Secundário inviabiliza uma articulação horizontal. Este condicionalismo poderá ser superado, sempre que o leque de disciplinas escolhido em cada escola, permitir a realização de trabalhos de carácter interdisciplinar.

Relativamente à articulação vertical e dado que a Geografia é uma disciplina de continuidade, considera-se fundamental, para o desenvolvimento do programa do Ensino Secundário, (re)construir conceitos e desenvolver competências já adquiridas no

Ensino Básico. Assim, a avaliação diagnóstica, a efectuar no módulo inicial deste programa e no início de cada um dos temas, sempre que seja considerado necessário, deverá ter por base os seguintes conceitos e competências essenciais adquiridas no Ensino Básico:

- Utilizar o vocabulário geográfico, de forma clara, oralmente e por escrito;
- Ler diferentes tipos de mapas (hipsométrico, temáticos);
- Ler mapas a diferentes escalas;
- Ler gráficos lineares, de barras e sectogramas;
- Recolher e organizar dados estatísticos;
- Construir gráficos lineares e de barras;
- Recolher e organizar informação oral e escrita;
- Identificar os elementos fundamentais de uma paisagem;
- Determinar distâncias reais sendo dada a escala do mapa;
- Localizar lugares num planisfério utilizando as coordenadas geográficas;
- Distinguir as diferentes formas de relevo;
- Localizar os grandes conjuntos morfológicos a nível mundial;
- Localizar os grandes desertos;
- Localizar os grandes rios a nível mundial;
- Localizar os grandes conjuntos climáticos;
- Caracterizar, quanto à temperatura e à precipitação, os climas temperados;
- Caracterizar as formações vegetais espontâneas dos climas temperados;
- Relacionar a distribuição da população com factores naturais e humanos;
- Utilizar conceitos básicos de demografia;
- Relacionar os diferentes ritmos de crescimento demográfico com o comportamento das variáveis demográficas;
- Reconhecer os principais problemas demográficos da actualidade;
- Distinguir tipos de agricultura quanto às técnicas utilizadas e quanto ao destino da produção;
- Reconhecer que a modernização dos transportes torna os lugares mais acessíveis;
- Reconhecer que as desigualdades económico-sociais podem (co)existir a diferentes escalas;
- Reconhecer que as actividades humanas estão na origem dos actuais problemas ambientais;
- Reconhecer o papel da circulação atmosférica e oceânica na difusão da poluição;
- Relacionar a delapidação dos recursos naturais com o crescimento da população mundial;
- Reconhecer que a exploração dos recursos se deve realizar abaixo da capacidade de regeneração dos mesmos.

PARTE II

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

1. FINALIDADES

Constituem finalidades desta disciplina:

- promover a apetência pelo saber/pensar o espaço geográfico e a disponibilidade permanente para a reconstrução crítica do próprio saber;
- desenvolver atitudes que proporcionem a compreensão da relação do Homem com a Natureza e o valor das diferentes culturas e sociedades;
- desenvolver a curiosidade geográfica como promotora da educação para a cidadania;
- desenvolver o sentido de pertença e de atitudes de solidariedade territorial, numa perspectiva de sustentabilidade;
- incentivar a participação nas discussões relativas à organização do espaço, ponderando os riscos ambientais e para a saúde envolvidos nas tomadas de decisão;
- proporcionar o aperfeiçoamento da relação interpessoal no sentido de coerência, autonomia e confiança em si próprio;
- proporcionar o aperfeiçoamento da relação interpessoal no sentido da compreensão, da empatia e da solidariedade.

2. OBJECTIVOS GERAIS / COMPETÊNCIAS

- Valorizar as diferenças entre indivíduos e culturas.
- Demonstrar espírito de tolerância e capacidade de diálogo crítico.
- Aceitar desafios partilhando riscos e dificuldades.
- Desenvolver a percepção espacial no sentido de uma progressiva apropriação criativa dos espaços de vida.
- Avaliar o contributo das Tecnologias da Informação e Comunicação como factor de desenvolvimento na compreensão e utilização individual e social do espaço geográfico.
- Interessar-se pela conciliação entre o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações, associando-os à valorização do património natural e cultural.
- Intervir no sentido de atenuar as assimetrias territoriais, valorizando a preservação das diferenças entre as regiões.
- Utilizar correctamente os conceitos geográficos.
- Descrever e interpretar situações geográficas.
- Identificar situações problemáticas relativas ao espaço geográfico.
- Participar, através da procura e da apresentação de soluções fundamentadas, na resolução de problemas espaciais.
- Utilizar os métodos indutivo e dedutivo no estudo de fenómenos geográficos.
- Utilizar o processo de inferência para interpretar documentos geográficos, encaminhar a pesquisa, responder a problemas ou levantar novos problemas.
- Sistematizar dados, dando-lhes coerência e organizando-os em categorias na procura de modelos explicativos de organização do território.
- Rentabilizar técnicas de expressão gráfica e cartográfica desenvolvidas ao longo do processo de aprendizagem.
- Utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação, nomeadamente os meios informáticos, telemáticos e vídeo.
- Reconhecer a necessidade de mudança da escala de análise na compreensão do espaço geográfico.
- Reconhecer a existência de diferentes padrões de distribuição dos fenómenos geográficos.

- Relacionar a capacidade de transformação da organização espacial com diferentes graus de desenvolvimento científico e tecnológico.
- Relacionar transformações na organização do espaço geográfico com as potencialidades e as limitações das Novas Tecnologias da Informação.
- Relacionar a existência de conflitos no uso do espaço e na gestão de recursos com situações de desigual desenvolvimento, a nível local e/ou regional.
- Reconhecer a importância do ordenamento do território no atenuar das desigualdades de desenvolvimento.
- Compreender a estruturação do território nacional em diferentes escalas de análise, assim como as suas interações com outros espaços, particularmente com os espaços ibérico e europeu.

3. VISÃO GERAL DOS TEMAS / CONTEÚDOS

10º ANO

Módulo inicial - A posição de Portugal na Europa e no Mundo

1 - A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços

1.1 - A população: evolução e diferenças regionais

1.2 - A distribuição da população

2 - Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades

2.1 - Os recursos do subsolo

2.2 - A radiação solar

2.3 - Os recursos hídricos

2.4 - Os recursos marítimos

11º ANO

3 - Os espaços organizados pela população

3.1 - As áreas rurais em mudança

3.2 - As áreas urbanas: organização e dinâmica internas

3.3 - A rede urbana e as novas relações cidade-campo

4 - A população, como se movimenta e como comunica

4.1 - A diversidade de modos de transporte e a desigualdade espacial das redes

4.2 - A revolução das telecomunicações e o seu impacto nas relações inter-territoriais

5 - A integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades

5.1 - Os desafios para Portugal do alargamento da União Europeia

5.2 - A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária

5.3 - As regiões portuguesas no contexto das políticas regionais da União Europeia

Estudo de Caso

4. SUGESTÕES METODOLÓGICAS GERAIS

A Escola tem vindo a assumir nas nossas sociedades uma importante função prospectiva. Espera-se que forme indivíduos que, como cidadãos, associem autonomia e solidariedade, dominem simultaneamente, conhecimentos estruturantes e específicos, mantenham a disposição para actualizar o seu saber, se situem em posição de reflexão crítica e se manifestem tolerantes e capazes de diálogo. Por isso, a Escola deve ter como finalidade facilitar a apropriação individual e o desenvolvimento integrado de atitudes/valores, de capacidades/competências e de conhecimento. No entanto e contraditoriamente, propondo uma formação global, funciona segmentando o saber por áreas disciplinares determinadas pelas estruturas sociais e científicas do contexto actual do sistema de ensino.

Para gerir esta contradição e porque importa que os alunos adquiram do Mundo uma imagem multifacetada mas coerente e integrada, há que equacionar a sua aprendizagem tendo em conta o valor formativo dos processos de pesquisa em Geografia, numa perspectiva de isomorfismo entre o que se aprende e a forma como se aprende.

Numa perspectiva mais geral, esta visão de educação é confirmada por J. Bruner (1972) quando destaca a importância da utilização de diferentes sistemas de comunicação, da prática da descodificação e da codificação da informação, nos processos de reorganização cognitiva que estruturam as aprendizagens. Assim, resumir uma comunicação, desenvolver um esquema, elaborar um organograma, dar um título a uma imagem, construir um gráfico, organizar uma tabela de dados, elaborar um mapa, constituem situações conceptualmente estruturantes, facilitadoras de aprendizagens significativas.

Reconhece-se também que o papel do professor é cada vez mais complexo e que lhe são exigidas múltiplas competências para dar respostas adequadas aos processos de interacção desenvolvidos na sala de aula. O trabalho prospectivo no desenho geral do seu projecto pedagógico deve configurar-se com a função de orientar na fase de negociação do contrato com os alunos (definição conjunta de objectivos, das linhas de desenvolvimento, dos esquemas de conteúdo/programa, do sistema de avaliação: critérios, auto-avaliação, etc.) e nas tomadas de decisão quanto a métodos de trabalho e escolha de fontes de recursos a explorar.

O ensino da Geografia pode beneficiar com esta visão pedagógica, desde que, na prática, se consiga identificar o valor potencial do meio que rodeia a escola, não só como objecto de estudo, mas também em recursos científicos e pedagógicos. Na verdade, para além dos problemas concretos que a realidade sempre proporciona e que podem converter-se em áreas de questionamento de âmbito disciplinar e interdisciplinar, é possível também discriminar no espaço em que a escola está inserida fontes de informação ao nível de conhecimentos produzidos e sistematizados. De facto, diversos serviços oficiais e particulares publicam estatísticas, estudos, programas e relatórios contendo dados actualizados, utilizáveis nas actividades escolares. Importa, pois, diversificar as fontes a que se recorre e multiplicar as formas de abordar os problemas para que não aconteça que uma qualquer experiência inovadora se transforme, pela repetição acrítica ao longo dos anos e em todas as escolas, em mais uma prática

rotineira e estereotipada. Pelo contrário, o caminho a seguir deve ser o que leva da percepção do problema à sua delimitação e ao levantamento de hipóteses que encaminham o processo de pesquisa.

Assim encarado, o ensino-aprendizagem em Geografia proporcionará um vasto campo de articulação com outros saberes, em especial com os que operam também importantes funções instrumentais de todo o conhecimento. Referimo-nos, naturalmente à língua materna, à matemática e ainda, ao contributo das novas tecnologias. Por isso, nas sugestões metodológicas propõem-se actividades que implicam o manuseio sistemático, diversificado e pessoalizado da língua-mãe, o que promoverá a competência do aluno nesta área. Da mesma maneira, através da explicitação de noções básicas e conceitos a aprender e/ou a aprofundar no tratamento de cada subtema, pretende-se não só consolidar as estruturas do conhecimento em Geografia, como enriquecer, especificar e aprofundar o sistema geral de vocabulário.

A concretização das sugestões previamente referidas implica a adopção de estratégias indissociáveis de uma escolha cuidada e criteriosa de técnicas e actividades a utilizar dentro e fora da sala de aula, dentro e fora da escola. Nesse sentido, devem privilegiar-se actividades que, no âmbito da investigação geográfica, viabilizam a escolha, o tratamento e a apresentação de informação, assim como outras que, assumindo um carácter transversal face às diversas áreas do saber, estimulam a ocorrência de situações didácticas inovadoras e, paralelamente, acrescem as oportunidades de intervenção da disciplina de Geografia na Área de Projecto e no Projecto Educativo de Escola.

Assim, são de considerar actividades que impliquem contactos planeados, presenciais ou à distância, estruturados em projectos coerentes, com diversos intervenientes na tomada de decisões relativas à gestão e à organização do território, entendido nas suas múltiplas dimensões. Esses contactos podem traduzir-se na realização de entrevistas e inquéritos e no convite a especialistas para debate de temas em análise.

A recolha de informação deve fomentar a observação directa (de naturalista, a estruturada) recorrendo a visitas de estudo e ao trabalho de campo ou a iniciativas individuais e a pesquisa documental, baseada em publicações estatísticas, documentação cartográfica, relatórios, legislação (nacional e comunitária), textos de imprensa, livros, Internet, etc.

O tratamento da informação recolhida deve articular-se coerentemente com o modelo de pesquisa adoptado, tendo em atenção a necessária diversificação de processos: numérico (determinação de frequências, médias, percentagens, amplitudes, etc.), gráfico (cartesianos, circulares, triangulares), matricial e cartográfico.

A organização e sistematização dos dados pode proporcionar a produção de recursos, tais como ficheiros de conceitos, de imagens, de problemas, bibliográficos e dossiers temáticos. Considerando a importância crescente que as técnicas de expressão gráfica têm assumido, mesmo em contextos exteriores à Geografia, deve valorizar-se a sua utilização, seleccionando e/ou produzindo documentos com o rigor e a adequação que ao geógrafo se exigem.

Torna-se imprescindível ainda, a referência à utilização de meios informáticos e telemáticos na concretização das múltiplas actividades propostas. Armazenar, processar

e transmitir informação são hoje tarefas infinitamente facilitadas com a generalização daqueles meios, não se podendo mais negligenciar o seu potencial de transformação, em casa, nos locais de trabalho e naturalmente, na escola e na sala de aula. As suas implicações na mudança de comportamentos, atitudes e valores dos jovens, devem ser enquadradas em atitudes pedagógicas que valorizem a articulação da Escola com o seu exterior.

Neste sentido, o ensino da Geografia pode beneficiar largamente das novas tecnologias em causa: no acesso à informação, recorrendo, por exemplo, a bases de dados e a sistemas de informação geográfica; no seu tratamento, independentemente dos processos utilizados; na sua comunicação, utilizando, por exemplo, correio electrónico; no seu armazenamento, constituindo ficheiros informatizados.

No âmbito do Curso Geral de Ciências Sociais e Humanas do Ensino Secundário, de acordo com as considerações referidas na Introdução e porque se considera que conhecer o território português é condição fundamental para desenvolver no indivíduo a capacidade de intervenção como cidadão atento e responsável, mantém-se Portugal como objecto de estudo central nos 10º e 11º anos.

A estrutura organizativa dos diferentes temas pressupõe uma abordagem que deve ter em conta o modelo de investigação que contemple a inventariação dos recursos, a identificação de problemas e a reflexão/discussão de soluções fundamentadas, considerando ainda a (re)descoberta/potencialização de recursos a utilizar. Deste modo, a identificação dos principais problemas e das potencialidades mais relevantes deve procurar ter como horizonte de referência a melhoria do desenvolvimento do país em geral, e das várias regiões que o constituem, em particular. Assim, em cada um dos temas propostos, interessa analisar a importância dos recursos, tanto do ponto de vista da sua valorização económica como do da qualidade de vida das populações e os contrastes regionais devem ser encarados na dupla óptica de assimetrias a combater e de diferenças a preservar e a valorizar.

Neste contexto, é importante sensibilizar os alunos para as questões relacionadas com o ordenamento do território, proporcionando, em cada tema, uma abordagem que conduza a uma avaliação correcta da forma como a gestão corrente dos recursos contribui ou não para o desenvolvimento sustentável e para a valorização do património territorial. Assim e sempre que se justifique é aconselhável a referência aos instrumentos de ordenamento do território.

O módulo inicial – A posição de Portugal na Europa e no Mundo – deve ser entendido como um assunto introdutório que terá como principais objectivos possibilitar ao professor conhecer os seus alunos e as suas motivações para a aprendizagem da geografia, bem como consolidar os conceitos começados a construir em ciclos anteriores e aferir a consecução das competências adquiridas no Ensino Básico. Estes objectivos poderão ser conseguidos através do recurso a aprendizagens anteriormente realizadas, tendo em vista o enquadramento geográfico e cultural do território português de uma forma mais aprofundada.

Com o desenvolvimento dos temas que se seguem: tema 1 – A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços; tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; tema 3 – Os espaços organizados pela

população; tema 4 – A população, como se movimenta e como comunica, pretende-se conseguir que os alunos adquiram o conhecimento do território. Assim, sugere-se que a leccionação destes temas, salvaguardando a especificidades de alguns deles, adopte a seguinte estrutura de referência:

- . identificação de *situações/tendências*, tanto ao nível local como regional;
- . identificação de *factores explicativos* e estabelecimento de *relações de causalidade*, tanto ao nível geral como regional;
- . identificação dos principais *problemas*, suas causas e implicações;
- . identificação de *potencialidades* relevantes, seu significado e amplitude;
- . identificação de *medidas* existentes e possíveis, tanto de combate aos problemas como de valorização das potencialidades, debate acerca da sua natureza, pertinência e aplicabilidade.

Por último, o tema 5 – A integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades – visa enquadrar a situação portuguesa no contexto económico, político, cultural e científico da U.E., discutindo a capacidade de intervenção de Portugal e as vantagens e desvantagens dessa integração no momento actual e em momentos futuros.

Os temas 4 e 5 mostram uma estrutura de apresentação um pouco diferente da dos anteriores, tendo sido desenvolvidos, apenas, a nível dos subtemas, sem explicitação de conteúdos. Um desenvolvimento mais detalhado do tema 4, dada a sua natureza e transversalidade, torná-lo-ia demasiadamente descritivo. O tema 5 tem como finalidade sensibilizar os alunos para algumas problemáticas relacionadas com a integração de Portugal na União Europeia e pretende ser um tema de fecho do programa, com o retorno, agora com maior aprofundamento, ao tema introdutório.

No 11º ano, os alunos deverão realizar um estudo de caso. O facto de se inserir o estudo de caso no final do programa não significa que a sua realização não possa efectuar-se em qualquer outra altura do ano lectivo, dependendo esta decisão da forma como se encarar esta metodologia e da oportunidade da sua realização.

É ainda de salientar que, quando qualquer dos temas em questão revelar maior interesse para a comunidade local e/ou regional, tendo em conta a eventual importância económica ou social que aí assumem os recursos e actividades económicas em causa, sugere-se um estudo mais exaustivo, reforçando a articulação das diferentes escalas de análise dos problemas e o recurso a estratégias que preconizem uma maior interacção Escola-Meio, valorizando, assim, a dimensão regional do ensino da disciplina. No entanto, é fundamental garantir o tratamento equilibrado de todos os espaços que constituem o território nacional de forma a que os alunos adquiram uma visão integrada do espaço nacional, tendo em conta a diversidade e a especificidade das áreas que o compõem.

Considera-se também importante, em cada tema, estabelecer comparações entre a realidade nacional e outros espaços supranacionais, pois essa comparação permite

relativizar o nível de desenvolvimento dos territórios considerados, independentemente da escala de análise adoptada.

Nesse sentido, sugere-se que o desenvolvimento dos temas/conteúdos seja complementado com mapas temáticos que sistematicamente enquadrem o país em contextos geográficos mais amplos (Península Ibérica, Europa, etc.) e com mapas de síntese que permitam uma visão de conjunto de Portugal para cada um dos temas analisados.

Para além das sugestões anteriormente referidas, de âmbito geral, apresenta-se também a indicação do nível de abordagem adequado a cada subtema, o qual deve ser entendido em articulação com os objectivos definidos. Este propósito é complementado com a referência, para cada subtema, de conceitos que devem ser considerados numa perspectiva de permanente (re)construção. Na coluna de “conceitos/noções básicas” incluem-se conceitos de complexidade variável. Uns são muito concretos, pertencentes ao mundo da experiência directa, facilmente aprendidos por observação e contraste, através de exemplos concretos e outros são mais abstractos, pertencentes ao mundo do raciocínio (Marsden, 1976). A ligação entre uns e outros permite a construção de princípios e conceitos estruturantes que substanciam e dão unidade à aprendizagem geográfica.

Embora com nível hierárquico diferente, optou-se por indicar os conceitos por ordem alfabética, em cada subtema, por se considerar que a sua ordenação, utilizando qualquer outro critério, nomeadamente o da sequência de aprendizagem, tornaria demasiadamente prescritivas as sugestões que se apresentam no nível de abordagem.

Relativamente aos conceitos estruturantes da Geografia — localização, distância, escala, interacção, mudança/permanência e espaço geográfico (Merenne Schoumaker, 1985) — por serem conceitos de grande abstracção e complexidade, considerou-se que a sua repetição em todos os temas iria dificultar a articulação que se pretende seja o mais clara possível, entre conceitos, conteúdos, objectivos e nível de abordagem.

A não especificação de termos assenta na lógica de que neste nível etário, em que se desenvolvem processos intelectuais de maior complexidade, o aluno é capaz de aplicar e transferir termos de outras áreas do saber no desenvolvimento de conceitos, quer estes sejam novos ou não, e utilizá-los de forma a contribuir para consolidar conhecimentos, atitudes e valores estimulantes de experiências de vida pessoal e social.

Embora conscientes de que a inclusão em cada subtema de objectivos intermédios, sobretudo do domínio dos conhecimentos, é contraditória com a abordagem construtivista subjacente ao modelo programático seguido, sentiu-se a necessidade da sua definição por se considerar que, num país como o nosso, com grandes desigualdades em termos de acesso à informação e a documentação actualizada, essa seria uma forma de melhor aferir as aprendizagens, em termos nacionais. Ao definir, em cada subtema, objectivos intermédios, procurou-se seguir a estrutura de referência sugerida para a sua leccionação.

As competências a desenvolver, quer as de natureza analítico-conceptual quer as de natureza técnico-instrumental, fornecem ao professor uma ferramenta conceptual que, em conjunto com os objectivos intermédios e os conceitos, permitem a selecção

adequada dos conteúdos, dos materiais e das actividades de aprendizagem. A transversalidade destas competências justifica o seu grau de generalidade e a opção pela não indicação de quais as competências a desenvolver em cada tema. É ainda importante que o processo de ensino/aprendizagem se oriente tendo em vista o desenvolvimento de atitudes e valores.

É ainda de salientar a vantagem decorrente da reutilização da cartografia relativa ao território nacional, observada no 9º ano do Ensino Básico. Deste modo, a sua integração em contextos que permitem análises mais aprofundadas, consubstanciadas por conteúdos ajustados à sua temática, reforça a articulação vertical entre os Ensinos Básico e Secundário, valorizando assim, o seu potencial pedagógico-didáctico.

Paralelamente à utilização dos documentos já mencionados, deve realçar-se a necessidade de recorrer a outros que, pela sua especificidade, permitem e requerem análises mais complexas, mas também de conteúdo mais profundo, eventualmente justificáveis para a compreensão e valorização dos processos que envolvem a organização espacial de um território concreto. Trata-se, entre outros, do mapa topográfico, da fotografia aérea e de um vasto conjunto de cartografia temática fundamental para o tratamento da generalidade dos subtemas propostos.

Concluindo, não é demais realçar a necessidade de estimular no âmbito da generalidade das actividades sugeridas (e das que vierem a ser imaginadas e implementadas pelos inúmeros docentes envolvidos neste processo) uma apreciação crítica devidamente fundamentada da informação recolhida, tratada e representada, de forma a criar, sempre que possível, oportunidades para a sua divulgação na Escola e na Comunidade, promovendo a realização de debates, comunicações e colóquios, exposições temáticas ou outras iniciativas.

5. RECURSOS

O ensino da Geografia requer recursos didácticos diversificados, quer como instrumentos de análise geográfica, quer como auxiliares na formação de imagens mentais. A selecção da quantidade e da qualidade dos recursos a utilizar deve ser feita de forma rigorosa, importando salientar que estes podem ser elaborados pelos professores e também pelos alunos.

A utilização sistemática e atempada dos recursos mais adequados pressupõe uma organização escolar que possibilite ao professor, preferencialmente, permanecer numa sala equipada, o que irá facilitar uma metodologia mais activa e experimental. Assim, considera-se importante que nessa sala existam os seguintes recursos:

A – Equipamento Fundamental

Projector de diapositivos;
Retroprojector;
Écran;
Episcópio;
Televisão;
Datashow;
Computador com impressora, *scanner* e ligação à *Internet*;
Câmara de vídeo e máquina fotográfica (disponíveis quando necessário);
Leitor de vídeo/DVD;
Armário de mapas;
Arquivador de livros e revistas;
Estereoscópio.

B – Materiais fundamentais

Fotografias e diapositivos;
Videogramas;
Imagens de satélite e fotografias aéreas;
Mapas diversificados e de diferentes escalas;
Atlas do Ambiente;
Relatórios de organismos internacionais (Comissão Europeia, PNUD, Banco Mundial e outros);
Estatísticas diversas;
Planos diversos (o PROT, o PDM, planos de áreas protegidas da região onde se localiza a escola);
Legislação (Lei de Bases do Ambiente, Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo; Lei da “Água”, Plano Rodoviário Nacional e outros que se considerem relevantes);
Software específico;
Modelos tridimensionais.

C – Consumíveis diversos

6. AVALIAÇÃO

Uma pedagogia activa, centrada na interacção professor-aluno e numa relação dinâmica com o saber, implica considerar com atenção e rigor os efeitos reguladores da avaliação, a qual deverá ser coerente com o modelo pedagógico proposto, valorizando a sua componente formativa.

Toda a avaliação implica uma recolha de informação e elaboração de juízos e a tomada de decisões adaptadas a cada aluno, tendo uma função eminentemente reguladora do acto educativo. Sendo cada situação de aprendizagem única e cada indivíduo um ser diferente, não se pode pretender que todos evidenciem os mesmos comportamentos. Assim, será desejável que cada um, compreendendo o que é exigido, possa contribuir para a avaliação.

Deste modo a avaliação deverá permitir:

- ao aluno, controlar em pequenos passos a sua aprendizagem, tomar consciência das suas dificuldades, reflectir sobre a sua prática e a sua evolução;
- ao professor, analisar criticamente a sua intervenção, definindo estratégias alternativas e introduzindo mecanismos de correcção;
- a todos os intervenientes do acto educativo, encontrar soluções alternativas às deficiências evidenciadas quando da passagem à prática do modelo teórico.

Nesta perspectiva, a avaliação deverá ser integrada, integral, contínua e sistemática. Integrada porque faz parte do conjunto de actividades de ensino/aprendizagem e integral porque tem em conta, tanto a aquisição de novos conceitos, como de procedimentos, de atitudes, de capacidades de relação e comunicação e o desenvolvimento autónomo de cada aluno. A avaliação deverá incidir, embora não desprezando a recolha de informação sobre os produtos de aprendizagem, essencialmente sobre os processos, fazendo-o de forma sistemática através da interacção permanente professor-aluno-alunos, desenvolvendo atitudes de auto e hetero-avaliação. Só assim, a avaliação assumirá toda a sua dimensão formativa, favorecendo a autoconfiança e a progressão na aprendizagem estimulando o sucesso educativo.

As referências reguladoras da prática pedagógica são os objectivos gerais do Ensino Secundário para os quais convergem os objectivos definidos para a disciplina. São aqueles, portanto, os referentes do conjunto de aquisições exigíveis no final do secundário. Por que os objectivos definidos contemplam domínios tão variados como a aquisição de novos conceitos, o desenvolvimento de determinadas capacidades e de atitudes e valores, também a avaliação deverá contemplar estas três áreas do saber que concorrem para o desenvolvimento autónomo de cada aluno.

Assim, deverão ser objecto de avaliação:

- *o conjunto de actividades* realizadas pelo aluno, individualmente ou em grupo, atendendo à aquisição de novos conceitos ou reconstrução de outros, ao progressivo domínio de técnicas de pesquisa e organização da

informação, à capacidade para comunicar e organizar-se tendo por objectivo a resolução de problemas, às atitudes desenvolvidas face às tarefas propostas, à sua capacidade de decisão e autonomia;

- *as relações de comunicação e participação* desenvolvidas no grupo-classe, na Escola e na Comunidade.

Ao professor caberá empenhar-se na elaboração do sistema de avaliação que irá utilizar, proporcionando ao aluno um progressivo envolvimento nessa tarefa, tendo em conta:

- a necessidade de optar por uma avaliação criterial que balize objectivos intermédios no itinerário de formação, permitindo ao aluno localizar-se no seu próprio progresso;
- a vantagem de procurar implementar uma avaliação interactiva, incidindo, principalmente, nos processos de aprendizagem de forma a proporcionar reajustamentos frequentes;
- a importância de uma negociação prévia de questões, como o peso relativo das diversas actividades (testes, relatórios, experiências, comunicações, etc.) na avaliação sumativa, a definição dos objectivos intermédios, parâmetros e critérios de avaliação e, para cada actividade, dos instrumentos e das formas que esta deve assumir, a maneira de articular as propostas avaliativas dos vários intervenientes, de forma a propiciar a auto e a hetero-avaliação;
- a consequente necessidade de (re)adaptar ou (re)construir os diversos instrumentos de avaliação (caderno do professor, caderno do aluno, listas de controlo, folhas de registo, análise de trabalhos — individuais ou de grupo — entrevistas, discussões, debates, provas escritas e orais), de acordo com as diferentes situações a avaliar e por último, definir as regras da sua utilização, negociando-as com os alunos, valorizando, assim, a dimensão formativa do processo de avaliação.

PARTE III

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

CURSO GERAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS		PROGRAMA DE GEOGRAFIA A
--	--	--

Portugal: Potencializar os recursos, promover o desenvolvimento	10º ANO
---	----------------

TEMAS/CONTEÚDOS	NÚMERO DE AULAS PREVISTAS *
Módulo inicial	
- A posição de Portugal na Europa e no Mundo	7
- A constituição do território nacional	
- A posição geográfica de Portugal	
- A inserção de Portugal em diferentes espaços	
1. A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços	21
1.1 - A população: evolução e diferenças regionais	
1.1.1 – A evolução da população na 2ª metade do século XX	
1.1.2 – As estruturas e comportamentos socio-demográficos	
1.1.3 – Os principais problemas socio-demográficos	
1.1.4 – O rejuvenescimento e a valorização da população	
1.2 - A distribuição da população	
1.2.1 – Os condicionantes da distribuição da população	
1.2.2 – Os problemas na distribuição da população	
2. Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades	
2.1 - Os recursos do subsolo	13
2.1.1 – As áreas de exploração dos recursos minerais	
2.1.2 – A exploração e distribuição dos recursos energéticos	
2.1.3 – Os problemas na exploração dos recursos do subsolo	
2.1.4 – Novas perspectivas de exploração e utilização dos recursos do subsolo	
2.2 - A radiação solar	15
2.2.1 – A acção da Atmosfera sobre a radiação solar	
2.2.2 – A variabilidade da radiação solar	
2.2.3 – A distribuição da temperatura	
2.2.4 – A valorização económica da radiação solar	
2.3 - Os recursos hídricos	30
2.3.1 – A especificidade do clima português	
2.3.2 – As disponibilidades hídricas	
2.3.3 – A gestão dos recursos hídricos	

2.4 - Os recursos marítimos 2.4.1 – As potencialidades do litoral 2.4.2 – A actividade piscatória 2.4.3 – A gestão do espaço marítimo 2.4.4 – A rentabilização do litoral e dos recursos marítimos	13
--	----

TOTAL	99
-------	----

* aulas de 90 minutos

Nota: o número de aulas previsto integra as actividades de avaliação

Módulo inicial A Posição de Portugal na Europa e no Mundo	NÚCLEO CONCEPTUAL A posição geográfica de Portugal e a sua inserção em diferentes espaços são factores de valorização cultural e económica.
CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS	CONTEÚDOS - A constituição do território nacional - A posição geográfica de Portugal Continental e Insular - A inserção de Portugal em diferentes espaços
Cidadania Concelho CPLP Distrito Espaço lusófono Freguesia Mercado Comum Moeda Única NUT Região Autónoma Território Tratado de Maastricht Tratado de Roma União Europeia	No final deste módulo o aluno deve ser capaz de: . Conhecer a constituição das diferentes unidades territoriais portuguesas; . Conhecer a posição de Portugal Continental e Insular na Europa e no Mundo; . Reconhecer a importância da posição geográfica de Portugal no contexto cultural europeu; . Reconhecer a importância da integração de Portugal no contexto da União Europeia; . Reconhecer a importância do espaço lusófono; . Reconhecer a importância das relações privilegiadas de Portugal com as comunidades portuguesas e com a CPLP.

Módulo inicial A Posição de Portugal na Europa e no Mundo	NÍVEL DE ABORDAGEM
	Este primeiro módulo deve ser entendido como um assunto introdutório que permita diagnosticar as preferências de cada aluno e as suas motivações para a aprendizagem da geografia, bem como consolidar os conceitos começados a construir em ciclos anteriores, aferindo a consecução das competências adquiridas no Ensino Básico, de modo a facilitar a programação das actividades a desenvolver ao longo do ano. Nesse sentido, este módulo tem como objectivo consolidar o conhecimento do espaço português e da sua inserção em diferentes espaços, através de um processo de construção mental resultante da utilização de diferentes tipos de informação e corresponde a um momento de consolidação de aprendizagens anteriormente realizadas. Com o módulo inicial – <i>A Posição de Portugal na Europa e no Mundo</i> – pretende-se relembrar, para além do anteriormente explicitado, as unidades territoriais que compõem o espaço nacional, a extensão aproximada do território, bem como a sua localização geográfica, salientando, ainda, a importância da inserção de Portugal noutros espaços culturais e económicos. Propõe-se, portanto que, utilizando mapas de escalas diferentes, se faça a localização de Portugal na Península Ibérica, na Europa e no Mundo, recorrendo aos conceitos de localização relativa e absoluta e aprofundando o conceito de escala. Sugere-se que, durante a abordagem deste assunto, se evidencie a posição dos Açores relativamente à América e a proximidade da Madeira em relação ao continente africano. Nesta linha de abordagem, sugere-se que os alunos, recorrendo ao conceito de escala, calculem a distância que separa o Continente das Regiões Autónomas e destas em relação à América ou à África. Deve ainda, aproveitar-se este tema introdutório para fazer referência à organização administrativa do território. Através de um tratamento necessariamente breve, deve também salientar-se a inserção de Portugal em diferentes espaços culturais e económicos, evidenciando a importância da sua integração na União Europeia (nomeadamente no que se refere às questões de cidadania, moeda única e mercado comum) e das relações que estabelece com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com as restantes comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

1 A População, Utilizadora de Recursos e Organizadora de Espaços	NÚCLEO CONCEPTUAL O estudo da população é fundamental quer na perspectiva de que é um recurso a potencializar na procura de uma melhoria da sua própria qualidade de vida quer na de que os recursos, os que a natureza nos disponibiliza, só são significativos pela necessidade que deles tem a população.
CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS Desemprego Desenvolvimento sustentável Emprego temporário Envelhecimento demográfico Estrutura activa Estrutura etária Êxodo rural Imigração Índice de dependência de idosos Índice de dependência de jovens Índice de dependência total Índice de renovação de gerações Índice sintético de fecundidade Nível de qualificação profissional PDM Qualidade de vida Taxa de alfabetização Taxa de desemprego Taxa de fecundidade Tipos de emprego	CONTEÚDOS 1.1 – A população: evolução e diferenças regionais 1.1.1 - A evolução da população na 2ª metade do século XX 1.1.2 - As estruturas e comportamentos socio-demográficos . a estrutura etária . a estrutura activa . o nível de instrução e de qualificação profissional 1.1.3 - Os principais problemas socio-demográficos . o envelhecimento . o declínio da fecundidade . o baixo nível educacional . a situação perante o emprego 1.1.4 - O rejuvenescimento e a valorização da população . os incentivos à natalidade . a qualificação da mão-de-obra No final deste subtema o aluno deve ser capaz de: . Relacionar a evolução da população portuguesa, na 2ª metade do séc. XX, com o comportamento das variáveis demográficas; . Relacionar a evolução da população portuguesa, na 2ª metade do séc. XX, com a mobilidade da população; . Explicar a variação do comportamento das variáveis demográficas; . Caracterizar a estrutura etária da população portuguesa; . Explicar a desigual distribuição das variáveis demográficas no espaço português; . Equacionar as consequências dos principais problemas demográficos; . Debater medidas passíveis de contribuir para a resolução dos problemas demográficos; . Reconhecer a importância do ordenamento do território na melhoria da qualidade de vida da população; . Reflectir sobre medidas concretas de intervenção do PDM do concelho onde se situa a escola.

1 A População, Utilizadora de Recursos e Organizadora de Espaços	NÍVEL DE ABORDAGEM
	Antes de iniciar o estudo deste tema deve ser feito o diagnóstico dos conhecimentos que os alunos possuem relativamente aos conceitos cuja construção se iniciou no Ensino Básico e que são essenciais para o desenvolvimento deste tema. Assim, devem ser objecto de revisão os conhecimentos relacionados com as variáveis demográficas e as respectivas fórmulas de cálculo. Deve ainda recordar-se a existência de políticas demográficas diferentes, relacionando-as com o desigual grau de desenvolvimento das populações. Na leccionação deste tema deve valorizar-se o recurso à análise de estatísticas demográficas, desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, sistematização e interpretação de dados e rentabilizar o uso das técnicas de expressão gráfica. O tratamento do subtema – <i>A população: evolução e diferenças regionais</i> – deve privilegiar uma abordagem que permita ao aluno compreender que o estudo da dimensão socio-demográfica da população portuguesa tem de ser entendido, quer no quadro evolutivo, quer no quadro de um comportamento espacial diferenciado. A importância de uma análise prospectiva é fundamental, na medida em que a melhoria da qualidade de vida da população exige, necessariamente, um ajustamento entre a população e os recursos disponíveis. Neste sentido, a leccionação deste subtema deve permitir aos alunos conhecer as características da população portuguesa mas também saber que existem instrumentos de planeamento territorial cujo principal objectivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Considera-se, portanto, oportuno fazer referência aos instrumentos de gestão territorial e à respectiva escala de intervenção, bem como à necessidade de articulação entre eles. Assim, sugere-se que no desenvolvimento deste tema se discutam algumas medidas concretas de intervenção incluídas no PDM do concelho onde se integra a escola e se reflecta sobre as consequências que as referidas medidas poderão ter na qualidade de vida dos municípios. Com o conteúdo 1.1.1 pretende-se explicar o actual ritmo de crescimento da população salientando a desigual evolução do crescimento natural e do crescimento efectivo, e os reflexos dessa disparidade a nível regional e nacional. Nesta abordagem deve-se centrar a análise quer das taxas de natalidade e de mortalidade quer dos movimentos migratórios, na 2ª metade do séc. XX. Com o conteúdo 1.1.2 pretende-se que se relacione o comportamento e a desigual distribuição geográfica das variáveis demográficas com os movimentos migratórios, a estrutura etária, a estrutura activa e o nível de instrução e de qualificação profissional da população. Sugere-se, ainda, que se proceda à comparação dos valores das variáveis demográficas a nível nacional com outros países da U.E., a fim de que os alunos relativizem os valores das referidas variáveis. Sugere-se, também, que se desenvolvam actividades que permitam aos alunos interpretar pirâmides de idade e diagramas triangulares. Com o conteúdo 1.1.3 pretende-se que, com base nas aprendizagens anteriores, se identifiquem o envelhecimento, o declínio da fecundidade, o baixo nível educacional e mais recentemente o desemprego como os principais problemas demográficos da população portuguesa, reflectindo sobre as causas próximas desses problemas. Sugere-se, também, que se debatam as questões relacionadas com a situação perante o emprego, nomeadamente o desemprego, o sub-emprego e o emprego temporário. Com o conteúdo 1.1.4 pretende-se que se evidencie a importância do rejuvenescimento e da qualificação dos recursos humanos, reflectindo sobre algumas medidas concretas de incentivo à natalidade e à qualificação dos recursos humanos.

1 A População, Utilizadora de Recursos e Organizadora de Espaços	NÚCLEO CONCEPTUAL O estudo da população é fundamental quer na perspectiva de que é um recurso a potencializar na procura de uma melhoria da sua própria qualidade de vida quer na de que os recursos, os que a natureza nos disponibiliza, só são significativos pela necessidade que deles tem a população.
CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS Assimetrias regionais Capacidade de carga humana Despovoamento Litoralização	CONTEÚDOS 1.2 – A distribuição da população 1.2.1 - Os condicionantes da distribuição da população . os factores naturais . os factores humanos 1.2.2 - Os problemas na distribuição da população . a litoralização do povoamento/o despovoamento do interior
	No final deste subtema o aluno deve ser capaz de: . Relacionar a desigual distribuição espacial da população com factores naturais; . Relacionar a desigual distribuição espacial da população com factores humanos; . Explicar os problemas na distribuição da população; . Debater medidas passíveis de atenuar as assimetrias regionais na distribuição espacial da população.

1 A População, Utilizadora de Recursos e Organizadora de Espaços	NÍVEL DE ABORDAGEM
	O tratamento do subtema – <i>A distribuição da população</i> – deve privilegiar uma abordagem que permita ao aluno compreender que, seja qual for a unidade espacial utilizada, existem assimetrias na distribuição da população. Com o conteúdo 1.2.1 pretende-se explicar a desigual distribuição geográfica da população, referindo os factores naturais e humanos que condicionam essa desigualdade, salientando o papel do êxodo rural e da emigração no despovoamento do interior. Nesta abordagem, a retrospectiva histórica deve ter um papel secundário. Com o conteúdo 1.2.2 é importante salientar que a conjugação dos dois tipos de factores originou a litoralização do povoamento com o consequente despovoamento do interior. No desenvolvimento deste conteúdo sugere-se, ainda, que se introduza o conceito de capacidade de carga humana e se proceda à comparação dos valores de densidade populacional do nosso país com a de outros países da U.E., a fim de que os alunos relativizem os valores da referida variável. Finalmente, pretende-se que se evidencie a necessidade de reduzir as assimetrias regionais na distribuição da população, debatendo medidas concretas para atingir esse objectivo e reflectindo sobre os custos económicos e sociais da rarefacção do povoamento.

2 Os Recursos Naturais de que a População Dispõe: Usos, Limites e Potencialidades	NÚCLEO CONCEPTUAL O inventário dos recursos naturais que a população tem ao seu dispor e a forma como os utiliza permite avaliar o resultado das acções humanas sobre o território e as possibilidades de valorizar os recursos, de forma sustentada.
CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS Águas minerais Águas termais Combustíveis fósseis Energia geotérmica Jazida Mineral energético Mineral metálico Mineral não metálico Recurso endógeno Recurso exógeno Recurso não renovável Recurso renovável Rochas industriais Rochas ornamentais Turismo termal	CONTEÚDOS 2.1 – Os recursos do subsolo 2.1.1 - As áreas de exploração dos recursos minerais 2.1.2 - A exploração e distribuição dos recursos energéticos 2.1.3 - Os problemas na exploração dos recursos do subsolo . os custos de exploração . a dependência externa . o impacto ambiental 2.1.4 - Novas perspectivas de exploração e utilização dos recursos do subsolo No final deste subtema o aluno deve ser capaz de: . Conhecer a localização geográfica dos recursos de subsolo de maior valor económico; . Compreender as desigualdades na distribuição e consumo de energia; . Relacionar as desigualdades no consumo de energia com os níveis de desenvolvimento das regiões; . Compreender os principais condicionalismos na exploração dos recursos do subsolo; . Explicar a dependência de Portugal relativamente aos recursos do subsolo, em particular os energéticos; . Reconhecer os impactos ambientais da extracção de minérios; . Reconhecer a necessidade de valorizar os recursos endógenos; . Reconhecer a importância das termas no desenvolvimento de actividades de turismo e de lazer; . Equacionar as implicações financeiras e ambientais da introdução e/ou intensificação das energias renováveis; . Reconhecer a importância da integração de Portugal na Política Energética Comum.

2 Os Recursos Naturais de que a População Dispõe: Usos, Limites e Potencialidades	<u>NÍVEL DE ABORDAGEM</u>
Na leccionação deste subtema deve-se valorizar o recurso sistemático à análise de estatísticas, desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, sistematização e interpretação de dados e rentabilizar o uso das técnicas de expressão gráfica. O tratamento do subtema – <i>Os recursos do subsolo</i> – deve privilegiar uma abordagem que permita aos alunos consolidarem o seu conhecimento sobre o território nacional, através do estabelecimento da relação entre a exploração dos recursos do subsolo e a sua utilização, quer na indústria transformadora, quer no aproveitamento energético, quer no turismo termal. Com os conteúdos 2.1.1 e 2.1.2 pretende-se que se faça o inventário e a localização dos principais recursos minerais, das fontes de águas termais e minerais e das rochas com maior valor económico. Neste inventário que se pretende não exaustivo, sugere-se que se dê um especial relevo à análise da origem e localização dos principais recursos energéticos e das redes de distribuição e consumo, evidenciando as desigualdades espaciais no consumo de energia. Com o conteúdo 2.1.3 pretende-se que se evidenciem as razões que justificam a fraca viabilidade económica da exploração mineira em Portugal, nomeadamente, a fraca acessibilidade das minas, o reduzido valor económico dos minérios, os elevados custos de exploração, incluindo os que se relacionam com a necessidade do cumprimento das normas de segurança e prevenção da saúde da mão-de-obra e a concorrência de países em que a mão-de-obra é mais barata. Sugere-se, ainda, que se dê especial relevo ao impacto ambiental da actividade mineira, passada e presente, e à necessidade de recuperar o ambiente através da requalificação das áreas mineiras. No que se refere aos problemas que se colocam à distribuição e utilização da energia pretende-se que se avalie a dependência do nosso país no domínio energético e se reflecta sobre os custos económicos e ambientais resultantes dessa dependência, bem como sobre a vulnerabilidade do abastecimento energético nacional face à conjuntura económica e política internacional. Com o conteúdo 2.1.4 devem explicitar-se algumas medidas que permitam potencializar os recursos do subsolo, tornando Portugal mais competitivo no mercado internacional. Deve, ainda, salientar-se o papel das estâncias termais na valorização do turismo e na dinamização de áreas em despovoamento. No que se refere aos recursos energéticos, é importante salientar a necessidade de promover esforços no sentido de valorizar os recursos energéticos endógenos (nomeadamente a energia geotérmica) e diversificar as fontes de financiamento externo. Nesse sentido, deve fazer-se referência à política energética nacional e ao seu enquadramento na política energética comunitária.	

2 Os Recursos Naturais de que a População Dispõe: Usos, Limites e Potencialidades	NÚCLEO CONCEPTUAL O inventário dos recursos naturais que a população tem ao seu dispor e a forma como os utiliza permite avaliar o resultado das acções humanas sobre o território e as possibilidades de valorizar os recursos, de forma sustentada.
CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS Amplitude da variação térmica Ângulo de incidência Constante solar Encosta soalheira Encosta umbria Energia solar Insolação Isotérmica Nebulosidade Radiação global Radiação terrestre Radiação solar Radiação solar directa Temperatura média Turismo balnear	CONTEÚDOS 2.2 – A radiação solar 2.2.1 - A variabilidade da radiação solar em Portugal Continental e Insular . a atmosfera e a radiação solar . a variação ao longo do ano . a distribuição geográfica 2.2.2 - A distribuição da temperatura no território nacional . os contrastes estacionais . os factores de variação 2.2.3 - A valorização da radiação solar . a energia solar . o turismo No final deste subtema o aluno deve ser capaz de: . Relacionar a variação da radiação solar com o movimento de translação; . Explicar o papel da atmosfera na variação da radiação solar; . Explicar as diferenças de duração e intensidade da radiação solar no território nacional; . Comparar o número de horas de sol descoberto em Portugal com outros países da Europa; . Explicar os efeitos da topografia na radiação solar; . Explicar a variação anual da temperatura em Portugal; . Reconhecer a existência de condições de insolação favoráveis ao uso da energia solar; . Problematicar o uso da energia solar; . Reconhecer a importância da duração da insolação na valorização turística do território nacional.

2 Os Recursos Naturais de que a População Dispõe: Usos, Limites e Potencialidades	NÍVEL DE ABORDAGEM
	Antes de iniciar o estudo deste tema deve ser feito o diagnóstico dos conhecimentos que os alunos possuem relativamente aos conceitos cuja construção se iniciou no Ensino Básico e que são essenciais para o desenvolvimento deste tema. Assim, devem ser objecto de revisão os conhecimentos relacionados com o papel da Atmosfera no equilíbrio térmico da Terra, bem como a sua composição e estrutura. Deve ainda recordar-se o movimento de translação e as suas consequências. O tratamento do subtema – <i>A radiação solar</i> – deve privilegiar uma abordagem que evidencie as condições específicas do território nacional relativamente à possibilidade de valorizar economicamente o clima, através da rentabilização da insolação na procura de energias alternativas e na potencialização do turismo. Na leccionação deste subtema, sugere-se que se valorize o recurso sistemático à análise de estatísticas, se desenvolvam as capacidades relacionadas com a selecção, sistematização e interpretação de dados e se rentabilize o uso das técnicas de expressão gráfica. Com o conteúdo 2.2.1 pretende-se que se evidencie que a radiação solar recebida à superfície da Terra varia com a latitude, o momento do dia, a estação do ano e as condições de transparência da Atmosfera. A compreensão do papel da Atmosfera na recepção e perda da energia solar pela superfície da Terra implica uma análise dos processos (difusão, absorção e reflexão) que conduzem à redução da radiação solar ao atravessar a Atmosfera e ao papel da Terra no seu aquecimento. O tratamento deste conteúdo deve, portanto, permitir (re)construir os conceitos de radiação solar, radiação terrestre e de insolação. No desenvolvimento deste conteúdo pretende-se, ainda, que se analise a variabilidade estacional e espacial da radiação solar em Portugal, reflectindo sobre as causas que provocam essa variabilidade, quer em duração, quer em intensidade. Esta abordagem implica, necessariamente, que se recorde o movimento de translação da Terra e as suas consequências sobre a insolação. A comparação dos valores de radiação em Portugal com a de outros países europeus permitirá equacionar as vantagens que advêm das condições específicas do nosso país. Com o conteúdo 2.2.2 pretende-se que se analise a variação da temperatura ao longo do ano relacionando essa variação com a variação da insolação. Sugere-se, ainda que, recorrendo a mapas de isotérmicas, se analise a distribuição da temperatura em Portugal, relacionando essa distribuição com a latitude, a proximidade e o afastamento do mar, a topografia e a altitude. Com o conteúdo 2.2.3 pretende-se que se reflecta sobre as possibilidades de valorizar economicamente a radiação solar, quer na exploração da energia solar como energia alternativa, quer na valorização turística do nosso país. Sugere-se, ainda, que ao problematizar o uso da energia solar se reflecta sobre as potencialidades da sua utilização na obtenção de energia térmica e na produção de electricidade e na viabilidade dessa utilização, tendo em conta os custos e as tecnologias envolvidas.

2

Os Recursos Naturais de que a População Dispõe: Usos, Limites e Potencialidades

CONCEITOS

NOÇÕES BÁSICAS

Água residual
 Água subterrânea
 Água superficial
 Albufeira
 Aquífero
 Balanço hídrico
 Barragem
 Barreira de condensação
 Caudal
 Declive
 Depressão barométrica
 Disponibilidade hídrica
 Drenagem
 Efluente
 Escorrência
 Eutrofização
 Evapotranspiração
 Infiltração
 Isóbara
 Massa de ar
 Permeabilidade
 Período seco estival
 POA
 Plano de ordenamento das bacias hidrográficas
 Precipitação atmosférica
 Precipitação convectiva
 Precipitação frontal
 Precipitação orográfica
 Produtividade aquífera
 Situação meteorológica
 Superfície frontal polar
 Recurso hídrico
 Rede hidrográfica
 Regime de um rio
 Salinização
 Toalha cársica
 Toalha freática

NÚCLEO CONCEPTUAL

O inventário dos recursos naturais que a população tem ao seu dispor e a forma como os utiliza permite avaliar o resultado das acções humanas sobre o território e as possibilidades de valorizar os recursos, de forma sustentada.

CONTEÚDOS

2.3 – Os recursos hídricos

2.3.1 - A especificidade do clima português

- . a estação seca estival
- . a irregularidade intra e interanual da precipitação

2.3.2 - As disponibilidades hídricas

- . as águas superficiais
- . as águas subterrâneas

2.3.3 - A gestão dos recursos hídricos

No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- . Reconhecer o papel do ciclo hidrológico na manutenção do equilíbrio da Terra;
- . Conhecer a circulação geral da atmosfera na zona temperada do Hemisfério Norte;
- . Relacionar a variabilidade da precipitação com a deslocação, em latitude, das cinturas de altas e baixas pressões;
- . Analisar as situações meteorológicas que mais frequentemente afectam o estado de tempo em Portugal;
- . Explicar os tipos de precipitação mais frequentes em Portugal;
- . Relacionar a variação da precipitação com a altitude e a disposição do relevo;
- . Caracterizar o clima de Portugal Continental e Insular;
- . Relacionar as disponibilidades hídricas com a quantidade e o tipo de precipitação;
- . Caracterizar a rede hidrográfica;
- . Relacionar o regime dos cursos de água com a irregularidade da precipitação;
- . Conhecer os factores que interferem na variação de caudal dos cursos de água;
- . Equacionar a necessidade de armazenamento das águas superficiais;
- . Conhecer os factores que condicionam a produtividade aquífera;
- . Reconhecer que as actividades humanas interferem na quantidade e qualidade das águas;
- . Equacionar os riscos na gestão dos recursos hídricos;
- . Inferir a necessidade de estabelecer acordos internacionais na gestão dos recursos hídricos;
- . Debater medidas conducentes ao controlo da quantidade e qualidade da água;
- . Debater a importância do ordenamento das albufeiras e das bacias hidrográficas.

2 Os Recursos Naturais de que a População Dispõe: Usos, Limites e Potencialidades	NÍVEL DE ABORDAGEM
Antes de iniciar o estudo deste tema deve ser feito o diagnóstico dos conhecimentos que os alunos possuem relativamente aos conceitos cuja construção se iniciou no Ensino Básico e que são essenciais para o desenvolvimento deste tema. Assim, devem ser objecto de revisão os conhecimentos relacionados com o funcionamento do ciclo hidrológico e a sua importância para a manutenção do equilíbrio da Terra, bem como os traços mais importantes da circulação geral da atmosfera. O tratamento do subtema – <i>Os recursos hídricos</i> – deve privilegiar uma abordagem que evidencie a importância da água como componente essencial dos sistemas naturais e como recurso insubstituível na quase totalidade das actividades humanas e deve centrar-se na análise das disponibilidades hídricas em Portugal e dos problemas relacionados com a sua utilização. É, ainda, importante salientar, que as reservas futuras de água dependem, por um lado, da capacidade para conservar, reutilizar e racionalizar a sua utilização e, por outro, da cooperação internacional, no sentido de uma gestão integrada deste recurso finito e vulnerável. Tal como se sugeriu nos subtemas anteriores, na leccionação deste subtema deve valorizar-se o recurso sistemático à análise de estatísticas, desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, sistematização e interpretação de dados e rentabilizar o uso das técnicas de expressão gráfica. Com o conteúdo 2.3.1 pretende-se que se saliente que a avaliação das disponibilidades hídricas no nosso país é indissociável da caracterização do clima e, em particular, de uma análise mais detalhada da distribuição da precipitação. Assim, sugere-se que a caracterização do clima se centre em dois aspectos fundamentais: o período seco estival e a irregularidade da precipitação ao longo do ano e de ano para ano. A compreensão das razões da variabilidade estacional da precipitação pressupõe uma análise das situações meteorológicas que mais afectam o nosso país o que implica que se estudem os traços fundamentais da circulação geral da atmosfera no Hemisfério Norte, relacionando a variação da precipitação com a deslocação, em latitude, das cinturas de alta e baixa pressão. O estabelecimento de relações entre a precipitação e outros elementos climáticos e a análise dos factores que interferem nos traços gerais da circulação atmosférica, permitirá compreender a especificidade do clima português. Com o conteúdo 2.3.2 pretende-se que se faça a inventariação da água superficial e subterrânea existente em Portugal, a fim de averiguar as disponibilidades hídricas.	

2 Os Recursos Naturais de que a População Dispõe: Usos e Potencialidades	NÍVEL DE ABORDAGEM
	Relativamente aos cursos de água, sugere-se que se analisem os traços gerais da rede hidrográfica e se analisem as bacias hidrográficas existentes no território, reflectindo sobre as diferentes disponibilidades hídricas dessas bacias. É, também importante, reflectir sobre a irregularidade do regime dos rios portugueses, procurando analisar a interferência dos factores físicos e humanos nas variações de caudal, a fim de equacionar os problemas e potencializar o uso das reservas hídricas. No que se refere às lagoas, sugere-se que se inventariem as disponibilidades existentes, quer de lagoas naturais, quer de albufeiras. Relativamente às águas subterrâneas, devem ser avaliadas as reservas existentes, salientando-se, em particular, os aquíferos porosos do baixo Tejo, as águas cársicas e as águas termais. Com o conteúdo 2.3.3 pretende-se que se analisem os problemas relacionados com a utilização e a distribuição da água segundo duas perspectivas fundamentais: por um lado, é importante reflectir sobre os problemas que podem colocar em risco as nossas disponibilidades hídricas, nomeadamente a poluição, a eutrofização, a salinização e a desflorestação; por outro lado, deve-se problematizar a distribuição da água, o custo, a qualidade, o avanço técnico e a organização administrativa das redes de abastecimento de água existentes em Portugal, não esquecendo os problemas que se colocam à evacuação das águas usadas. No desenvolvimento deste conteúdo, deve ainda equacionar-se a importância dos planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas (POA) e aos planos de bacia (POBH) e fazer-se uma referência especial aos problemas relacionados com a gestão das águas internacionais. A potencialização deste importante recurso natural implica o controlo quantitativo e qualitativo da água. Assim é oportuno debater estratégias conducentes à racionalização dos consumos, ao tratamento e reutilização das águas e à sua aplicação para fins agrícolas e energéticos.

2 Os Recursos Naturais de que a População Dispõe: Usos, Limites e Potencialidades	NÚCLEO CONCEPTUAL O inventário dos recursos naturais que a população tem ao seu dispor e a forma como os utiliza permite avaliar o resultado das acções humanas sobre o território e as possibilidades de valorizar os recursos, de forma sustentada.
CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS Abrasão marinha Águas interiores Águas territoriais Aquicultura Arriba Barra Corrente marítima Deriva Norte-Sul Energia eólica Energia das marés Erosão marinha Espaço marítimo Estuário Maré negra Nortada Plataforma continental Praia Quotas de pesca POOC “Ria” Recurso piscícola Restinga <i>Stock</i> <i>tAB</i> Talude continental Tipos de pesca <i>Upwelling</i> Zona contígua Zona económica exclusiva (ZEE)	CONTEÚDOS 2.4 – Os recursos marítimos 2.4.1 - As potencialidades do litoral . a costa portuguesa . a plataforma continental 2.4.2 - A actividade piscatória . as principais áreas de pesca . as infra-estruturas portuárias e a frota . a qualificação da mão-de-obra 2.4.3 - A gestão do espaço marítimo 2.4.4 - A rentabilização do litoral e dos recursos marítimos No final deste subtema o aluno deve ser capaz de: . Compreender a acção erosiva do mar sobre a linha de costa; . Relacionar a localização dos portos com a direcção dos ventos, das correntes marítimas e a configuração da linha de costa; . Relacionar as disponibilidades de recursos piscatórios da ZEE com a extensão da plataforma continental e com as correntes marítimas; . Problematicar a aplicação da Política Comum das Pescas na actividade piscatória portuguesa; . Compreender a necessidade da gestão racional dos <i>stocks</i>; . Compreender que a existência da actividade piscatória induz o desenvolvimento de outras actividades; . Compreender a importância dos acordos bilaterais na diversificação das áreas de pesca; . Relacionar a extensão da ZEE com os problemas que se colocam à sua gestão e controlo; . Equacionar medidas passíveis de potencializar o uso do espaço marítimo e das áreas litorais; . Debater a importância do ordenamento das orlas costeiras.

2 Os Recursos Naturais de que a População Dispõe: Usos, Limites e Potencialidades	NÍVEL DE ABORDAGEM
	O tratamento do subtema – <i>Os recursos marítimos</i> – deve privilegiar uma abordagem que permita aos alunos compreender que o espaço marítimo é um sistema complexo e dinâmico, em que os factores naturais e humanos se interligam, colocando ao dispor da população inúmeros recursos. Estes recursos não são inesgotáveis e, por isso, é necessária a existência de uma legislação que vise regulamentar a sua utilização e exploração, conciliando os interesses de cada país com o interesse de todos. Tal como se sugeriu nos subtemas anteriores, na leccionação deste subtema deve valorizar-se o recurso sistemático à análise de estatísticas, desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, sistematização e interpretação de dados e rentabilizar o uso das técnicas de expressão gráfica. Com o conteúdo 2.4.1 pretende-se que se evidencie que a dimensão da linha de costa tem sido um factor de atracção da população que desenvolveu numerosas actividades relacionadas com o mar, as quais dependem em grande parte dos condicionalismos físicos que se lhes colocam. Para explicar a localização dos principais portos e a disponibilidade de recursos é necessário abordar a acção do mar sobre a linha de costa, as características do litoral, a direcção predominante dos ventos, as correntes marítimas, a localização dos estuários e a extensão e a profundidade da plataforma continental. No desenvolvimento deste conteúdo, não se pretende um estudo exaustivo dos processos de formação dos acidentes de costa, mas antes analisar as suas potencialidades em termos de disponibilidade de recursos, de desenvolvimento de actividades e de suporte de migrações de diversas espécies. Assim, é importante salientar os estuários do Tejo e Sado e as “rias” de Aveiro e Formosa que assumem um papel relevante à escala internacional, nomeadamente em termos de migrações de aves. Com o conteúdo 2.4.2 pretende-se que se caracterize a actividade piscatória – frota de pesca, infra-estruturas portuárias e qualificação da mão-de-obra – no que respeita às transformações recentes e às transformações necessárias resultantes da integração na Política Comum de Pescas. É importante referir os tipos de pesca praticados, as principais espécies capturadas, quer nas águas nacionais, quer nas principais áreas de pesca internacionais, salientando que o uso destas resulta do estabelecimento de acordos bilaterais desenvolvidos no âmbito da UE. Com o conteúdo 2.4.3 pretende-se que se evidencie que a utilização do mar levanta problemas como a poluição das águas, a sobre-exploração dos recursos, a dificuldade em fiscalizar de forma eficaz as águas nacionais e da ZEE e a pressão sobre as áreas costeiras, colocando algumas áreas litorais em risco. Com o conteúdo 2.4.4 é importante que se reflita sobre o modo de potencializar o uso do mar, o que implica que não basta conhecer, é necessário gerir, preservar e controlar. Assim, deve-se avaliar um conjunto de medidas de protecção dos recursos marinhos, de racionalização das capturas, de regulamentação do sector das pescas e de reforço de vigilância das águas nacionais. É ainda importante que se reflita sobre formas de potencializar o uso do espaço marítimo, nomeadamente o desenvolvimento da aquicultura, da exploração de recursos minerais, da produção de energias renováveis (eólica e das marés). A pressão que se vem exercendo sobre o litoral justifica, ainda, que se debata o desenvolvimento sustentado das actividades de lazer e de exploração da natureza e se equacione a importância do plano de ordenamento das orlas costeiras (POOC).

CURSO GERAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS		PROGRAMA DE GEOGRAFIA A
Portugal: Potencializar os recursos, promover o desenvolvimento		11º ANO

TEMAS/CONTEÚDOS	NÚMERO DE AULAS PREVISTAS *
3 – Os espaços organizados pela população	
3.1 - As áreas rurais em mudança	24
3.1.1 - As fragilidades dos sistemas agrários	
3.1.2 - A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum	
3.1.3 - As novas oportunidades para as áreas rurais	
3.2 - As áreas urbanas: dinâmicas internas	28
3.2.1 - A organização das áreas urbanas	
3.2.2 - A expansão urbana	
3.2.3 - Problemas urbanos	
3.3 - A rede urbana e as novas relações cidade-campo	10
3.3.1 - As características da rede urbana	
3.3.2 - A reorganização da rede urbana	
3.3.3 - As parcerias entre cidades e mundo rural	
4 – A população, como se movimenta e comunica	13
4.1 - A diversidade dos modos de transporte e a desigualdade espacial das redes	
4.1.1 - A competitividade dos diferentes modos de transporte	
4.1.2 - A distribuição espacial das redes de transporte	
4.1.3 - A inserção nas redes transeuropeias	
4.2 - A revolução das telecomunicações e o seu impacto nas relações interterritoriais	
4.2.1 - A distribuição espacial das redes de comunicação	
4.2.2 - O papel das TIC no dinamismo dos diferentes espaços geográficos	
4.3 - Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população	
4.3.1 - A multiplicidade dos espaços de vivência	
4.3.2 - Os problemas de segurança, de saúde e ambientais	

5 – A integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades 5.1 - Os desafios para Portugal do alargamento da União Europeia 5.2 - A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária 5.3 - As regiões portuguesas no contexto das políticas regionais da União Europeia # Estudo de Caso	12 12
TOTAL	99

* Aulas de 90 minutos

Nota: o número de aulas previsto integra as actividades de avaliação

3 Os Espaços Organizados Pela População	NÚCLEO CONCEPTUAL O conhecimento da diversidade territorial e das relações que se estabelecem entre os diferentes territórios é fundamental para perceber o modo como as populações ocupam, usam e organizam os vários tipos de espaço, criando oportunidades e problemas que é necessário gerir de forma a garantir um desenvolvimento mais sustentado.
CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS Agenda 2000 Desenvolvimento sustentável Emparcelamento Espaço rural Estrutura agrária Estrutura fundiária FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícolas) FSE (Fundo Social Europeu) Indústria agro-alimentar LEADER (Ligações entre acções de desenvolvimento da economia rural) OMC (Organização Mundial do Comércio) PAC (Política Agrícola Comum) Património: cultural paisagístico PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa) Pluriactividade Produtividade agrícola Região agrária Rendimento agrícola SAU (Superfície Agrícola utilizada) Set-aside Tipos de agricultura Tipos de turismo	CONTEÚDOS 3.1 – As áreas rurais em mudança 3.1.1 - As fragilidades dos sistemas agrários . as deficiências estruturais . as características da população agrícola . a gestão e a utilização do solo arável 3.1.2 - A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum . a potencialização do uso do solo agrário . as transformações do sector agrário 3.1.3 - As novas oportunidades para as áreas rurais . a (re)descoberta da multifuncionalidade do espaço rural . estratégias integradas de desenvolvimento rural No final deste subtema o aluno deve ser capaz de: . Caracterizar o sistema agrário das diferentes regiões agrárias; . Relacionar a heterogeneidade espacial das estruturas agrárias com factores físicos e humanos; . Explicar os problemas estruturais da agricultura portuguesa; . Relacionar o desenvolvimento do sector agrícola com as estruturas etária e socio-profissional da população activa agrícola; . Salientar a importância da pluriactividade na fixação da população rural; . Caracterizar a ocupação da SAU; . Explicar os factores que condicionam o uso do espaço agrícola; . Problematicar a ocupação do solo considerando as suas aptidões; . Diferenciar os objectivos iniciais da PAC das respectivas reformas; . Explicar os reflexos da PAC e das respectivas reformas na agricultura portuguesa; . Reconhecer que a potencialização do sector agrário pressupõe transformações no domínio da produção, da transformação e da comercialização dos produtos; . Discutir impactos ambientais dos sistemas de produção agro-pecuária; . Equacionar a valorização das áreas rurais tendo em conta o desenvolvimento sustentável dessas áreas; . Equacionar o impacto do turismo no desenvolvimento das áreas rurais; . Reflectir sobre as consequências da implantação de indústrias nas áreas rurais; . Reconhecer o papel dinamizador dos serviços nas áreas rurais; . Reconhecer a importância da iniciativa comunitária LEADER para o desenvolvimento rural.

3 Os Espaços Organizados Pela População	NÍVEL DE ABORDAGEM
	O tratamento deste subtema – <i>As áreas rurais em mudança</i> – deve privilegiar uma abordagem que permita ao aluno compreender que, no quadro de uma economia aberta ao exterior, com trocas desiguais e sistemas comerciais agressivos, os espaços rurais perderam diversidade produtiva e funcional e fragilizaram-se, incapazes de absorver o progresso técnico e científico da agricultura produtiva. O contexto actual exige a revitalização das áreas rurais, através da descoberta das suas potencialidades endógenas e da diversificação das suas estruturas produtivas. Tal como se sugeriu nos subtemas anteriores, é fundamental que, na leccionação deste subtema, os alunos manuseiem dados estatísticos e realizem actividades que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, a sistematização e a interpretação de dados e com o uso das técnicas de expressão gráfica e cartográfica. Nesse sentido, a inventariação das principais produções agro-pecuárias e sua evolução poderá constituir uma das actividades a desenvolver. Com o conteúdo 3.1.1 pretende-se que se reflecta sobre os principais bloqueios ao desenvolvimento do sistema agrário, quer no domínio da produção, quer no da transformação e da comercialização. Assim, sugere-se que se analise, ao nível das regiões agrárias, a heterogeneidade espacial das estruturas agrárias, tendo em conta as diversas condicionantes em jogo (factores naturais, sistema de propriedade e formas de exploração, factores de produção, qualidade dos recursos humanos, condições de acesso aos mercados, aspectos institucionais e culturais) de forma a equacionar os problemas inerentes ao funcionamento do sector, bem como os que se relacionam com as condições de vida da população nas áreas rurais. Neste contexto, pretende-se que se saliente a dependência externa do sector agro-alimentar, considerando as condições que têm contribuído para a estagnação da generalidade dos ramos que o compõem e os problemas relacionados com as redes de comercialização dos produtos. Também a análise de situações de inadequação do uso do solo agrícola permitirá reflectir sobre as consequências daí decorrentes. Com o conteúdo 3.1.2 torna-se relevante abordar o impacto na agricultura portuguesa resultante da integração de Portugal na União Europeia e reflectir sobre as formas de potencializar o sector agrário, dotando-o de uma estrutura de produção que lhe permita enfrentar os desafios da concorrência internacional e afirmar as vantagens competitivas dos produtos nacionais face à produção externa. Assim, sugere-se que se analisem os objectivos da PAC e sucessivas reformas, em função da sua emergência, ao longo do tempo, e se reflecta sobre os efeitos positivos e negativos da sua aplicação à agricultura portuguesa. Neste âmbito, considera-se relevante reflectir sobre as consequências para a agricultura portuguesa da incorporação na Agenda 2000, dos acordos agro-alimentares adoptados no <i>Uruguai Round</i> e na OMC. O desenvolvimento deste conteúdo pressupõe também que se equacionem medidas que permitam reestruturar o sector, modernizando os meios de produção e de transformação dos produtos, bem como os circuitos de distribuição, nomeadamente através da aplicação racional dos financiamentos comunitários e dos programas de apoio postos à disposição da agricultura portuguesa. Considera-se, ainda, importante evidenciar o papel que a formação profissional e o associativismo dos agricultores podem desempenhar no aumento da produtividade agrícola.

3 Os Espaços Organizados Pela População	NÍVEL DE ABORDAGEM
O tratamento do conteúdo 3.1.3 deve privilegiar uma abordagem que permita reflectir sobre o alargamento da intervenção da PAC a questões ambientais e de desenvolvimento rural, equacionando medidas que possibilitem o desenvolvimento plurisectorial e integrado das áreas rurais e que valorizem a sua diversidade paisagística, numa perspectiva de sustentabilidade. Neste contexto, pretende-se que se equacionem os pontos fracos e as potencialidades de dois tipos de áreas rurais: as áreas rurais com algum dinamismo e áreas rurais marginalizadas. Assim, sugere-se que se equacionem medidas de desenvolvimento integrado que permitam, por um lado neutralizar os impactos negativos dos métodos de produção intensivos (preservando a biodiversidade e reduzindo a poluição dos solos e das águas) e por outro valorizar os recursos endógenos, nomeadamente através do aproveitamento do seu potencial em energias renováveis, do desenvolvimento de produtos agro-pecuários locais de qualidade, da diversificação da economia dessas áreas em actividades como a silvicultura, o turismo e outras actividades dos sectores secundário e terciário. A este propósito, considera-se importante referir estratégias desenvolvidas pela Comunidade que conduzem à reabilitação de áreas rurais, nomeadamente a iniciativa LEADER, reflectindo sobre a sua aplicação nas regiões de intervenção em Portugal.	

3 Os Espaços Organizados Pela População	NÚCLEO CONCEPTUAL O conhecimento da diversidade territorial e das relações que se estabelecem entre os diferentes territórios é fundamental para perceber o modo como as populações ocupam, usam e organizam os vários tipos de espaço, criando oportunidades e problemas que é necessário gerir de forma a garantir um desenvolvimento mais sustentado.
CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS Acessibilidade Área funcional Área metropolitana Área periurbana Área suburbana CBD/ Baixa Centro urbano/cidade Descentralização Desconcentração Diferenciação funcional Diferenciação social Espaço intra-urbano Espaço urbano Especulação fundiária Expansão urbana Factor de localização industrial Função rara/vulgar Função urbana Migração pendular Ordenamento territorial Padrão de localização . concentrado . difuso PDM (Plano Director Municipal) PER (Programa Especial de Realojamento) Periurbanização Planeamento territorial POLIS (Programa de Requalificação Urbana e de Valorização Ambiental das Cidades) Pólo de atracção População urbana PP (Plano de Pormenor) PRAUD (Programa de Recuperação das Áreas Urbanas Degradadas) PU (Plano de Urbanização) Reabilitação urbana Renda locativa Renovação urbana Requalificação urbana Rurbanização Segregação funcional Segregação social Solo expectante Suburbanização Terciarização	CONTEÚDOS 3.2 – As áreas urbanas: dinâmicas internas 3.2.1 - A organização das áreas urbanas . as áreas terciárias . as áreas residenciais . a implantação da indústria 3.2.2 - A expansão urbana . os subúrbios e as áreas periurbanas . as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto 3.2.3 - Problemas urbanos . as questões urbanísticas e ambientais . as condições de vida urbana No final deste subtema o aluno deve ser capaz de: . Diferenciar espaço rural de espaço urbano; . Reflectir sobre a dificuldade em definir cidade e centro urbano; . Relacionar a diferenciação do espaço urbano com os transportes urbanos; . Caracterizar as áreas funcionais do espaço urbano; . Relacionar a localização das diferentes funções urbanas com o valor do solo; . Explicar o papel das actividades terciárias na organização do espaço urbano; . Explicar a interdependência locativa das diferentes funções; . Explicar a diferenciação social das áreas residenciais; . Relacionar as principais funções das diferentes áreas urbanas com as características da população; . Relacionar o crescimento das áreas suburbanas e periurbanas com o dinamismo demográfico e funcional dos centros urbanos; . Problematicar os impactos territoriais resultantes da progressiva substituição do solo agrícola por usos urbanos e industriais; . Referir as heterogeneidades funcionais e sociais das áreas urbanas periféricas; . Explicar o processo de formação das áreas metropolitanas; . Identificar os principais efeitos polarizadores das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, a nível nacional e regional; . Explicar o papel da indústria no desenvolvimento das áreas onde se implanta; . Equacionar os principais problemas urbanos; . Discutir medidas de recuperação da qualidade de vida urbana propostas e/ou adoptadas pelos órgãos de decisão.

3 Os Espaços Organizados Pela População	NÍVEL DE ABORDAGEM
	O tratamento do subtema 3.2 – <i>As áreas urbanas: dinâmicas internas</i> – deve privilegiar o estudo da estrutura interna das áreas urbanas, possibilitando aos alunos compreender que, quer o aumento da dimensão espacial, quer o aumento da população urbana se devem, em grande parte, à modernização e especialização dos transportes, o que explica a importância crescente das áreas urbanas na organização do espaço e das actividades económicas. Propõe-se que, antes de iniciar a leccionação deste subtema, se diferencie espaço rural de espaço urbano e se discutam os critérios nacionais de definição de centro urbano e cidade. Tal como se sugeriu nos subtemas anteriores, é fundamental que, na leccionação deste subtema, os alunos manuseiem dados estatísticos e realizem actividades que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, a sistematização e a interpretação de dados e com o uso das técnicas de expressão gráfica e cartográfica. A observação e elaboração de diferentes representações cartográficas, nomeadamente de plantas funcionais, são actividades a desenvolver no estudo deste subtema. Com o conteúdo 3.2.1 pretende-se que se evidencie a evolução da organização interna da cidade, relacionando o grau de acessibilidade, o valor do mercado imobiliário e fundiário, as lógicas de localização das diferentes actividades e as dinâmicas da população com a localização espacial das diferentes áreas funcionais. A análise da distribuição espacial das diferentes áreas funcionais implica a caracterização das funções urbanas dominantes em cada uma delas, sendo de salientar o papel dos transportes urbanos na desigual valorização do solo urbano. Assim, sugere-se que no caso das áreas terciárias se distinga o CBD das restantes, quer em termos de localização espacial, não esquecendo a importância do factor temporal, quer em termos de funções dominantes. É importante também salientar o papel segregador das actividades terciárias, sobretudo as de nível hierárquico superior, em relação às outras actividades, não esquecendo evidenciar a localização das novas formas de comércio e de serviços. Relativamente às áreas industriais, interessa evidenciar a localização periférica da maioria das indústrias e a permanência de alguns tipos de indústria no centro ou próximo dele. No que se refere às áreas residenciais, é importante salientar que a segregação funcional se sobrepõe a segregação social e que esta é fortemente influenciada pela possibilidade de uso do transporte privado ou do público, pela qualidade ambiental e pela valorização social das diferentes localizações. Com o conteúdo 3.2.2 pretende-se explicar os processos de expansão dos centros urbanos e de formação das áreas metropolitanas, salientando que a evolução dos processos de periurbanização provoca a alteração dos espaços urbanos de uma estrutura monocêntrica, do ponto de vista funcional e radiocêntrica em termos de rede viária, para estruturas mais policêntricas e reticulares em que os diferentes centros urbanos, ao funcionarem complementarmente do ponto de vista funcional e mais interligados, em termos de transporte, tornam a área metropolitana, no seu conjunto, mais dinâmica e competitiva. Assim, sugere-se que se relacione o dinamismo demográfico e funcional das áreas centrais da cidade com o crescimento espacial das áreas periféricas, realçando as heterogeneidades funcionais e sociais existentes nestas, particularmente entre as áreas suburbanas e as áreas periurbanas. Neste contexto, considera-se também importante, reflectir sobre os impactos territoriais resultantes da substituição progressiva do uso do solo agrícola por usos industriais e urbanos, bem como sobre os impactos sociais resultantes da penetração progressiva em áreas rurais do modo de vida urbano. O estudo deste conteúdo pressupõe também a análise da formação das grandes aglomerações urbanas, concretamente das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, traçando o seu quadro económico, a sua importância à escala regional e nacional, reflectindo sobre as diferenças entre elas e equacionando os respectivos pontos fortes e fracos.

3 Os Espaços Organizados Pela População	NÍVEL DE ABORDAGEM
	Neste conteúdo, o papel da indústria no dinamismo das áreas geográficas onde se localiza é outro dos aspectos a salientar. Assim, sugere-se a identificação das áreas geográficas de maior implantação industrial a nível nacional e a sistematização das diferenças entre as tipologias industriais, nomeadamente em espaço rural, nos eixos suburbanos, nas áreas metropolitanas, no centro da cidade ou em áreas portuárias. É importante reflectir sobre as consequências da forte desigualdade na localização industrial no território português e discutir estratégias que permitam o aumento da liberdade locativa facilitando a descentralização. Com o conteúdo 3.2.3 pretende-se evidenciar a importância do planeamento na prevenção e resolução dos problemas urbanísticos e ambientais resultantes da concentração da população em grandes aglomerações urbanas. Sugere-se que se saliente que o excessivo crescimento das aglomerações urbanas não permite ajustar as infra-estruturas urbanas às necessidades da população, nomeadamente no sector da habitação – degradação dos bairros antigos, proliferação de habitação clandestina, sobrelotação dos edifícios – na saturação das infra-estruturas físicas – redes de transporte, redes de esgotos, sistemas de recolha de lixo, redes de distribuição de água e de energia – e na dificuldade de acesso a infra-estruturas sociais – escolas, serviços de saúde, tribunais, finanças. Sugere-se também que se reflecta sobre os efeitos ambientais nefastos das elevadas concentrações populacionais, tais como o aumento dos níveis de poluição, quer atmosférica, quer sonora, a necessidade crescente de equipamentos de armazenamento e tratamento dos resíduos urbanos – incineradoras, aterros sanitários, ETAR (os quais apesar de terem uma forte contribuição na redução da poluição ainda são eles próprios poluidores). É ainda de reflectir sobre outros efeitos ambientais negativos, tais como os riscos associados ao elevado grau de impermeabilização dos solos urbanos, o uso para construção urbanística de solos com elevada aptidão agrícola e o uso de materiais na construção civil geradores de aumento de temperatura em áreas urbanas, salientando as consequências na saúde decorrentes de alguns desses efeitos ambientais. É ainda importante reflectir sobre o problema do desemprego e as consequências que provoca, nomeadamente no aumento do número de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social. Poderão ser referidos outros problemas, de ordem mais individual, como o aumento da fadiga e o desenvolvimento de doenças do sistema nervoso associadas normalmente à existência de <i>stress</i>. A fim de evidenciar a importância do planeamento na prevenção e na resolução destes problemas, propõe-se a discussão, baseada nos instrumentos de planeamento adequados a esta escala de análise, nomeadamente os PDM, os PP e os PU, ou de programas específicos, tais como o POLIS – Programa de Requalificação Urbana e de Valorização Ambiental das Cidades, o PRAUD – Programa de Recuperação das Áreas Urbanas Degradadas – ou do PER – Programa Especial de Realojamento – de soluções passíveis de resolver os problemas urbanísticos identificados. Sugere-se que se discutam, entre outras, medidas que visem a revitalização e a requalificação dos centros ou de outras áreas das cidades, nomeadamente através de intervenções de reabilitação ou de renovação urbanísticas. Deste modo é importante discutir medidas que permitam humanizar os espaços de vivência, como por exemplo: aumentar os espaços verdes e promover a manutenção dos já existentes; diminuir o tráfego melhorando a eficácia do transporte público e dificultando o acesso ao transporte privado ou construindo novos lugares de estacionamento, sobretudo subterrâneo; aumentar e diversificar os serviços sociais de apoio aos jovens e aos idosos; construir complexos desportivos, áreas de lazer, bibliotecas municipais e outros espaços que promovam o bem-estar e o convívio.

3 Os Espaços Organizados Pela População	NÚCLEO CONCEPTUAL O conhecimento da diversidade territorial e das relações que se estabelecem entre os diferentes territórios é fundamental para perceber o modo como as populações ocupam, usam e organizam os vários tipos de espaço, criando oportunidades e problemas que é necessário gerir de forma a garantir um desenvolvimento mais sustentado.
CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS Aglomeração urbana Área de influência Centralidade Coesão territorial Complementaridade Cooperação interurbana Deseconomia de aglomeração Economia de aglomeração Lugar central Macrocefalia/bicefalia Parcerias urbano/rural PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais) Rede urbana Monocêntrica Policêntrica	CONTEÚDOS 3.3 – A rede urbana e as novas relações cidade-campo 3.3.1 - As características da rede urbana . as aglomerações urbanas no território . a hierarquia dos lugares na rede . vantagens e limitações da dispersão ou da concentração do povoamento 3.3.2 - A reorganização da rede urbana . o papel das cidades médias . o atenuar do crescimento das grandes aglomerações . a inserção na rede urbana europeia 3.3.3 - As parcerias entre cidades e o mundo rural . as complementaridades funcionais . as estratégias de cooperação institucional No final deste subtema o aluno deve ser capaz de: . Analisar a distribuição espacial dos centros urbanos em Portugal; . Caracterizar a rede urbana portuguesa; . Comparar a rede urbana portuguesa com redes urbanas de países europeus; . Discutir medidas conducentes ao equilíbrio da rede urbana; . Equacionar o papel das cidades médias na reorganização da rede urbana; . Problematicar o papel dos transportes e da criação de infra-estruturas e equipamentos no desenvolvimento das cidades médias; . Reflectir sobre as vantagens e as limitações da concentração e da dispersão do povoamento; . Discutir formas de complementaridade e de cooperação entre as cidades; . Discutir a posição hierárquica das cidades portuguesas nas redes urbanas ibérica e europeia; . Equacionar medidas que visem aumentar a visibilidade internacional das cidades portuguesas; . Identificar parcerias entre cidades e o mundo rural; . Equacionar as consequências das parcerias entre cidades e o mundo rural.

3 Os Espaços Organizáveis Pela População	NÍVEL DE ABORDAGEM
	O tratamento deste subtema – <i>A rede urbana e as novas relações cidade-campo</i> – deve privilegiar uma abordagem que permita aos alunos compreender que as aglomerações urbanas centralizam os fluxos de pessoas, bens, capitais e informação e estruturam as redes de transporte e comunicações e que um desenvolvimento territorial equilibrado deverá passar pelo desenvolvimento de uma rede urbana policêntrica e equilibrada, pelo reforço das parcerias entre o mundo rural e o mundo urbano e pela promoção de sistemas de transportes e de comunicações integrados. Tal como se sugeriu nos subtemas anteriores, é fundamental que, na leccionação deste subtema, os alunos manuseiem dados estatísticos e realizem actividades que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, a sistematização e a interpretação de dados e com o uso das técnicas de expressão gráfica e cartográfica. Com o conteúdo 3.3.1 pretende-se que se caracterize a rede urbana portuguesa, equacionando os problemas decorrentes dos desequilíbrios observados. Assim, sugere-se que se analise a distribuição e a localização das aglomerações populacionais tendo em conta, por um lado, a forma como essas aglomerações estão implantadas no território e por outro, como é que se relacionam hierarquicamente, consoante a diversidade e a importância das funções que desempenham. A comparação da rede urbana portuguesa com redes urbanas de outros países europeus permitirá discutir medidas de intervenção passíveis de atenuar os problemas existentes. A análise da rede urbana pressupõe, ainda, que se discutam as vantagens e as limitações da dispersão ou da concentração excessiva do povoamento, reflectindo sobre as consequências na qualidade de vida das populações decorrentes de os níveis de rentabilidade das actividades económicas e das infra-estruturas e equipamentos não serem atingidos ou serem ultrapassados. Com o conteúdo 3.3.2 pretende-se que se problematize a reorganização da rede urbana, não só da perspectiva de um desenvolvimento equilibrado do território nacional, mas também na perspectiva de que as cidades, qualquer que seja a sua dimensão, têm de se adaptar às novas localizações relativas e às novas posições que ocupam na hierarquia urbana da Europa. Assim, sugere-se que se equacione o papel que os centros de média dimensão terão de desempenhar no atenuar dos desequilíbrios da rede urbana, relacionando a capacidade dinamizadora desses centros com a rede de transportes existentes ou a construir e com a articulação de vontades dos poderes local e central na criação de infra-estruturas e de equipamentos que favoreçam o aproveitamento dos recursos locais e incentivem a localização de empresas. É importante salientar, no entanto, que o papel dos centros de média dimensão só é possível porque existe complementaridade entre centros de dimensões diferentes, permitindo uma maior capilaridade dos efeitos desencadeados a partir de aglomerações de nível hierárquico superior. No desenvolvimento deste conteúdo, considera-se, ainda, pertinente reflectir sobre formas de combater diversos tipos de desequilíbrios territoriais, nomeadamente a polarização em torno de Lisboa e Porto, ou a tendência para a urbanização em faixa, discutindo processos de cooperação e de complementaridade entre as cidades. Neste contexto, sugere-se a análise dos objectivos e propostas de concretização enunciadas no PROSIURB. Considera-se também relevante analisar a posição das cidades portuguesas nas redes ibérica e europeia e discutir medidas capazes de lhes dar maior visibilidade internacional, sem acentuar as disparidades da rede urbana nacional.

3 Os Espaços Organizados Pela População	<u>NÍVEL DE ABORDAGEM</u>
Com o conteúdo 3.3.3 pretende-se que se reflecta sobre a necessidade de as estratégias de desenvolvimento territorial das áreas rurais quer das afectadas pelo declínio da agricultura quer das sujeitas a novas formas de pressão devido à urbanização, serem baseadas numa reavaliação da parceria entre as cidades e as áreas rurais, equacionando formas concretas de estabelecimento dessas parcerias. Assim, importa destacar duas dimensões do estabelecimento dessas parcerias: por um lado, a dimensão da integração funcional que inclui aspectos como a integração de redes de transporte e de comunicação e a complementaridade das especializações económicas e por outro lado, a dimensão da cooperação institucional, incluindo aspectos como a integração de instrumentos de ordenamento do território e a organização em rede de serviços e equipamentos localizados em diferentes centros urbanos.	

4 A População, Como Se Movimenta e Comunica	NÚCLEO CONCEPTUAL Os transportes e comunicações são elementos estruturantes do desenvolvimento do território nacional que se pretende cada vez mais articulado com espaços supranacionais, particularmente os espaços ibérico e europeu.
CONCEITOS	CONTEÚDOS
NOÇÕES BÁSICAS Barreira Ciberespaço Distância-custo Distância relativa Distância-tempo Fluxo de informação Interface/ Plataforma multimodal Isócrona Isótima Logística Meio de Transporte Modo de transporte PGT (Política Geral de Transportes) PRODAC (Programa Operacional de Desenvolvimento das Acessibilidades) RTE (Rede Trans-europeia de Energia) RTT (Rede Trans-europeia de Transportes) STAR (Acção Especial no Campo das Tele-comunicações para o Desenvolvimento Regional) Telecomércio Teletrabalho TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) Transhipment Transporte multimodal	4.1 – A diversidade dos modos de transporte e a desigualdade espacial das redes 4.1.1 - A competitividade dos diferentes modos de transporte 4.1.2 - A distribuição espacial das redes de transporte 4.1.3 - A inserção nas redes transeuropeias 4.2 – A revolução das telecomunicações e o seu impacto nas relações interterritoriais 4.2.1 - A distribuição espacial das redes de comunicação 4.2.2 - O papel das TIC no dinamismo dos diferentes espaços geográficos 4.3 – Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população 4.3.1 - A multiplicidade dos espaços de vivência 4.3.2 - Os problemas de segurança, de saúde e ambientais No final deste subtema o aluno deve ser capaz de: . Relacionar o encurtamento das distâncias com o desenvolvimento dos transportes; . Relacionar a dinamização das actividades económicas com o desenvolvimento dos transportes; . Comparar as vantagens e as desvantagens dos diferentes modos de transporte em Portugal; . Conhecer a distribuição espacial das redes de transporte no território português; . Discutir a inserção das redes de transporte nacionais nas redes europeias; . Equacionar as questões da segurança, do ambiente e da saúde resultantes do uso dos diferentes modos de transporte; . Referir as vantagens do uso do transporte multimodal; . Conhecer a distribuição espacial das redes de comunicação no território português; . Relacionar o aumento dos fluxos de comunicação com o progresso e a rapidez de difusão das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação; . Equacionar os impactos territoriais resultantes do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação; . Relacionar o aumento de relações espaciais e pessoais com a modernização dos transportes e das comunicações; . Compreender a importância das redes portuguesas nos fluxos mundiais e no ciberespaço; . Discutir as implicações do uso dos transportes e das Tecnologias de Informação e Comunicação na qualidade de vida da população.

4 A População, Como Se Movimenta e Comunica	NÍVEL DE ABORDAGEM
O tratamento do tema 4 deve privilegiar uma abordagem que permita aos alunos relacionar o papel desempenhado pela modernização dos transportes e das telecomunicações no progressivo encurtamento das distâncias relativas entre os lugares com a crescente dinamização das actividades económicas e melhoria da qualidade de vida da população. É importante salientar que, embora a abordagem das redes privilegie as escalas regional, nacional e europeia, estas se integram num espaço mais amplo, seja o espaço mundial de trocas seja o ciberespaço. Tal como se sugeriu nos subtemas anteriores, é fundamental que, na leccionação deste subtema, os alunos manuseiem dados estatísticos e realizem actividades que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, a sistematização e a interpretação de dados e com o uso das técnicas de expressão gráfica e cartográfica. Com o subtema 4.1 – <i>A diversidade de modos de transporte e a desigualdade espacial das redes</i> – pretende-se que se equacione a importância relativa dos diferentes modos de transporte e da distribuição espacial das redes de transporte à escala regional, nacional e europeia. Com o conteúdo 4.1.1 pretende-se que se estudem os diferentes modos de transporte – rodoviário, ferroviário (convencional, de alta velocidade ou metropolitano), aquático (marítimo e fluvial) e aéreo – evidenciando as vantagens e as desvantagens de cada um deles. Estas devem ser devidamente equacionadas no sentido da escolha mais eficaz, em cada caso, do modo de transporte ou da integração de modos de transporte diferentes numa mesma viagem, salientando que a aposta no transporte multimodal, suportado por uma eficiente logística, se traduz num aumento de competitividade. A competitividade deve ser entendida na aquisição de maiores benefícios não só do ponto de vista económico mas cada vez mais do ponto de vista das questões da segurança, da saúde e da preservação do ambiente. Com o conteúdo 4.1.2 considera-se pertinente analisar a distribuição espacial das redes de transporte e de energia no território nacional salientando os contrastes territoriais da sua implantação. Sugere-se que se reflecta sobre as decisões políticas tomadas nos últimos anos no sector dos transportes e da energia e inseridas nomeadamente na PGT, no PRN, no PFN, quer no que respeita aos modos de transporte privilegiados em termos de investimento, quer à localização geográfica preferencial desses investimentos, quer no caso da energia, à localização geográfica das áreas de origem e ao traçado das redes de distribuição. Sugere-se, ainda, que se discuta a importância do PRODAC na melhoria das acessibilidades das regiões portuguesas mais desfavorecidas. Com o conteúdo 4.1.3 considera-se fundamental enfatizar a necessidade de conexão das redes de transporte nacionais e a sua inserção nas redes europeias, nomeadamente a Ibérica. Assim, considera-se importante a discussão sobre as políticas comunitárias para o sector, salientando que a posição periférica de Portugal no espaço europeu pode ser uma mais valia na óptica da sua centralidade no espaço atlântico como porta de acesso às rotas dos continentes americano, africano e asiático. Sugere-se, assim, uma reflexão sobre a importância que Portugal pode assumir nas relações intercontinentais, os portos e aeroportos para exercerem novas funções, como a de <i>transshipment</i> já exercida pelo porto de Sines. Quanto à energia, há também necessidade de aumentar a conexão das redes de transporte de electricidade e de gás natural não só de Portugal com a União Europeia como também entre os países da UE e ainda entre estes e os países vizinhos, de forma a diminuir a dependência económica neste sector.	

4 A População, Como Se Move e Comunica	NÍVEL DE ABORDAGEM
Com o subtema 4.2 – <i>A revolução das telecomunicações e o seu impacto nas relações interterritoriais</i> – pretende-se que se equacionem, à escala regional, nacional e europeia, as novas oportunidades criadas pelas TIC, na organização das actividades económicas e no aumento das relações interterritoriais. Com o conteúdo 4.2.1 propõe-se que se analise a distribuição espacial das redes de telecomunicações em Portugal e a sua inserção nas redes europeias e que se equacionem os impactos territoriais resultantes do desigual desenvolvimento das TIC, salientando que esses impactos são normalmente mais fortes que os resultantes das desigualdades introduzidas pelos diferentes modos de transporte anteriormente analisados. Sugere-se, assim, que se discuta a importância que o programa comunitário STAR tem no desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas. Com o conteúdo 4.2.2 sugere-se que se relacione o aumento dos fluxos de informação com o aparecimento, evolução e rapidez de difusão das TIC, salientando a cada vez mais intensa articulação e “fusão” da informática, das telecomunicações e do audiovisual. O conhecimento do papel das TIC não implica a descrição exaustiva das suas características técnicas mas apenas se deve salientar o facto de que, por não exigirem presença física e se articularem de forma crescente entre si, permitem uma extraordinária facilidade nos contactos e intercâmbio entre áreas geograficamente distantes. É importante salientar que o grau de utilização das TIC e as possibilidades de potencializar as vantagens por elas oferecidas resulta, simultaneamente, das condições de acesso a este tipo de infra-estruturas e equipamentos e da capacidade (necessidades, atitudes e competências) por parte dos indivíduos, grupos ou organizações, de as usar. Com o subtema 4.3. – <i>Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população</i> – pretende-se que se discutam as vantagens e também os efeitos perversos na qualidade de vida da população do uso crescente dos transportes e comunicações. Sugere-se que nesta discussão se enfatize o direito e as necessidades que os cidadãos e organizações têm de ter mais e melhores transportes e comunicações, o que pressupõe que não se valorize a componente acessibilidade em detrimento da capacidade de uso e do grau de satisfação. Com o conteúdo 4.3.1 pretende-se que se evidenciem as possibilidades que os transportes, pela diversidade de escolha que permitem, de conforto que oferecem e de rapidez com que efectuam os percursos, oferecem à população permitindo-lhe deslocar-se entre lugares muito diferentes seja para fins de trabalho ou de lazer. É de salientar que as comunicações potencializam ainda mais os espaços de vivência ao permitirem, sem deslocação física, o contacto com realidades muito diferenciadas. Com o conteúdo 4.3.2 propõe-se que se evidencie a importância que assumem na qualidade de vida das populações as questões da segurança, da saúde e do ambiente resultantes do uso dos transportes e das comunicações e se discutam soluções possíveis de atenuar os efeitos perversos. No respeitante aos transportes, propõe-se a abordagem de questões, tais como: causas e consequências da sinistralidade, particularmente a rodoviária, no nosso país; identificação de doenças, como por exemplo as associadas ao excesso de poluição sonora e atmosférica, nomeadamente as resultantes do tráfego aéreo e do rodoviário ou as resultantes da fixação próxima de centrais eléctricas; a perigosidade associada à localização de reservatórios de armazenamento de gás; a poluição marítima e das áreas litorais resultante particularmente dos desastres sofridos ou da lavagem dos tanques. No referente às TIC, é importante que se discutam as suas implicações na qualidade de vida da população, nomeadamente em aspectos relacionados com a ética, a saúde e as novas formas de trabalho (teletrabalho), de comércio (telecomércio) e de serviços.	

5 A Integração De Portugal Na União Europeia: Novos Desafios, Novas Oportunidades	NÚCLEO CONCEPTUAL A integração europeia pressupõe um crescente inter-relacionamento com implicações profundas no desenvolvimento de Portugal.
CONCEITOS NOÇÕES BÁSICAS Área protegida ONG (Organização Não Governamental) Parque Natural PECO (Países da Europa Central e Oriental) PERSU (Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos) PHARE (Assistência à Reestruturação das Economias da Polónia e da Hungria) PNA (Plano Nacional da Água) QCA (Quadro Comunitário de Apoio) Rede <i>Natura</i> 2000 Reserva Natural Tratado de Amesterdão	SUBTEMAS 5.1 – Os desafios, para Portugal, do alargamento da União Europeia 5.2 – A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária 5.3 – As regiões portuguesas no contexto das políticas regionais da União Europeia No final destes subtemas o aluno deve ser capaz de: . Conhecer os critérios definidos pelo Conselho Europeu para adesão dos PECO; . Reflectir sobre as implicações, em Portugal, do alargamento a Leste; . Conhecer as adaptações das instituições da União Europeia tendo em vista o alargamento; . Reconhecer a importância que a Política do Ambiente tem vindo a assumir na União Europeia; . Comparar o estado da Política do Ambiente de Portugal com o de outros países da União Europeia; . Discutir as realizações mais importantes, em Portugal, no domínio da Política do Ambiente; . Reconhecer a existência de disparidades económicas e sociais a nível regional; . Compreender que a política comunitária visa a coesão económica e social dos países membros.

5 A Integração De Portugal Na União Europeia: Novos Desafios, Novas Oportunidades	NÍVEL DE ABORDAGEM
O tratamento do tema 5 – <i>A integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades</i> – deve privilegiar uma abordagem que permita aos alunos compreenderem que existe uma nova realidade nas fronteiras europeias e que a decisão do alargamento a Leste comporta novos desafios e novas oportunidades para a União Europeia e portanto, para Portugal, sobre as quais importa reflectir. A multiplicidade de relações entre Portugal e a União Europeia e as implicações daí resultantes justificam, ainda que se considere pertinente que os alunos reconheçam a importância que a Política do Ambiente tem vindo a assumir no conjunto das políticas comunitárias, bem como a importância que assume, com o Tratado de Maastricht, a redução das disparidades no interior da União Europeia. No decurso do processo educativo, é fundamental que os alunos manuseiem dados estatísticos e realizem actividades que permitam desenvolver as capacidades relacionadas com a selecção, a sistematização e a interpretação de dados e com o uso das técnicas de expressão gráfica e cartográfica. Com o tratamento do subtema 5.1 – <i>Os desafios, para Portugal, do alargamento da União Europeia</i> — sugere-se que se reflecta sobre a conjuntura política europeia da década de 90 (queda do muro de Berlim, desmantelamento da URSS e da ex-Jugoslávia, reunificação da Alemanha, formação de novos estados), equacionando as tomadas de decisão que visam dotar a Europa de novos poderes e de novos meios que a tornem capaz de dar resposta ao processo de alargamento, sobretudo, a Leste. Assim, considera-se pertinente reflectir sobre questões relacionadas com o alargamento, nomeadamente os países candidatos, as condições definidas no Tratado da União para a adesão de novos países, os programas de apoio às economias desses países, os critérios definidos pelo Conselho Europeu de Copenhaga para a adesão dos PECO e as implicações do alargamento nos países periféricos, em particular em Portugal. O tratamento do subtema 5.2 – <i>A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária</i> — deve privilegiar uma abordagem centrada na importância que a Política do Ambiente tem vindo a assumir no conjunto das políticas comunitárias, sobretudo a partir do Tratado de Amesterdão (1997), o qual reforçou a necessidade de inserir a protecção do ambiente como uma prioridade para a consecução do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, importa realçar a necessidade de desenvolver um planeamento territorial inovador, eficiente e respeitador dos recursos, às diferentes escalas (transnacional, nacional, regional ou local) e integrado nas directivas da União Europeia. O tratamento deste subtema pressupõe uma análise comparativa da Política do Ambiente e do enquadramento legal de suporte em Portugal, com a dos países comunitários, evidenciando que Portugal se encontra, ainda, bastante longe dos níveis médios dos países comunitários pois, no nosso país, a Lei de Bases do Ambiente só foi aprovada em 1987. Deste modo, é importante salientar que Portugal procurou afirmar a Política do Ambiente em sintonia com as preocupações comunitárias, sobretudo em quatro vectores: a criação de um quadro legislativo de acordo com o Direito Internacional e o Direito Comunitário; a criação do Ministério do Ambiente (1990) e das Direcções Regionais do Ambiente; a canalização para o sector ambiental de maiores recursos financeiros, em particular no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio; a crescente participação da sociedade civil na defesa do ambiente.	

5 A Integração De Portugal Na União Europeia: Novos Desafios, Novas Oportunidades	NÍVEL DE ABORDAGEM
Debater as implicações das políticas, programas e projectos comunitários no território nacional, discutindo as realizações mais importantes concretizadas no âmbito de alguns planos, como por exemplo, Plano Nacional da Água (PNA), Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), Plano de Redução dos Resíduos Industriais, Rede de Zonas Protegidas “Natura 2000”, Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), são actividades que permitirão compreender a política ambiental do nosso país. Neste conteúdo é também importante sublinhar que, para que haja um desenvolvimento sustentado, são fundamentais a preservação dos patrimónios natural e cultural e a diminuição do risco. A União Europeia propõe uma grande diversidade de medidas que visam, a qualquer escala de intervenção espacial, a manutenção da biodiversidade; a gestão dos recursos hídricos; a protecção dos elementos naturais (ar, água e solo); a protecção da diversidade das paisagens naturais e culturais. Neste contexto, pretende-se que, através de exemplos concretos no território português (ou quando necessário a outra escala), se discutam realizações, de sucesso ou não, que tenham como objectivo a melhoria da qualidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população. Sugerem-se como exemplos possíveis de situações a abordar: a preservação da biodiversidade em espaços pertencentes à rede <i>Natura 2000</i>; a gestão dos recursos hídricos, evitando a sua poluição pelos efluentes das actividades humanas ou através de construções de barragens que permitam atenuar os efeitos naturais de secas ou de inundações; a diminuição da contaminação do solo incentivando a difusão da agricultura biológica; a diminuição da erosão de um solo impedindo a desflorestação ou o seu uso excessivo para fins urbanísticos; a diminuição da emissão de poluentes para a atmosfera pelo desenvolvimento de estruturas urbanas menos consumidoras de energia e que gerem menos trânsito; a preservação e desenvolvimento criativo das paisagens com valor histórico, cultural, estético e ecológico; a reabilitação de paisagens degradadas pela intervenção humana, nomeadamente pelo excessivo uso agrícola ou pela extracção de minérios. É ainda de discutir o papel desempenhado pelas ONG (Organizações Não Governamentais) na divulgação de situações de risco e na influência que podem ter nas tomadas de decisão do poder político. Com o subtema 5.3 – <i>As regiões portuguesas no contexto das políticas regionais da União Europeia</i> – pretende-se que se equacione a importância que assume, com o Tratado de Maastricht, a redução das disparidades no interior da União Europeia, com destaque para Portugal, equacionando os meios de que a União Europeia e os seus Estados-Membros dispõem para atingir o objectivo da coesão económica e social. Sugere-se que se reflecta sobre a existência de disparidades económicas e sociais na União Europeia, salientando que, se essas diferenças são consideráveis entre Estados-Membros, se tornam muito mais evidentes a nível regional e, em particular, entre o centro e a periferia. Propõe-se que se analisem as disparidades regionais, a nível das NUT II (por ser a unidade estatística que permite comparar regiões dos diferentes países), a partir do estudo de alguns indicadores tais como o PIB/capita, emprego por sector de actividade, escolaridade da população activa, % de população em IDT (Investigação e Desenvolvimento Tecnológico). É importante que a reflexão sobre a extensão das disparidades económicas e sociais no interior da Comunidade Europeia seja complementada com a análise da forma como as políticas comunitárias e nacionais implementadas têm contribuído para atenuar as disparidades existentes ao privilegiar, na distribuição dos fundos comunitários, as regiões menos favorecidas e ao definir para as diferentes regiões comunitárias os sectores a desenvolver. Esta reflexão deve privilegiar a integração dos conhecimentos adquiridos em temas anteriores, referentes às diversas políticas e/ou programas nacionais e/ou comunitários.	

ESTUDO DE CASO

O estudo de caso é uma oportunidade efectiva de introduzir o conhecimento da realidade no trabalho em Geografia, evitando abstracções e generalizações abusivas que muitas vezes ocorrem quando o estudo geográfico incide sobre temáticas muito diferenciadas, incidentes em áreas mais ou menos vastas.

O facto de se inserir o estudo de caso no final do programa não significa que a sua realização não possa efectuar-se em qualquer outra altura do ano lectivo, dependendo esta decisão da forma como se encarar esta metodologia e da oportunidade da sua realização. Assim, o estudo de caso poderá ser um estudo detalhado de um assunto relacionado com qualquer dos temas do programa, com importância na região onde o aluno vive ou consistir na aplicação dos conhecimentos adquiridos e das competências desenvolvidas ao longo dos dois anos de aprendizagem deste programa. Nesta última situação, porque corresponde a um estudo de síntese, deverá ser realizado no final do ano lectivo.

Em qualquer das situações, sugere-se a utilização da metodologia do trabalho de projecto, incluindo o trabalho de campo, a pesquisa bibliográfica e a recolha e o tratamento de informação recolhida em fontes diversificadas.

Com esta metodologia pretende-se que os alunos desenvolvam as seguintes competências:

- Interpretar, analisar e problematizar casos concretos que evidenciem as inter-relações entre fenómenos naturais e humanos;
- Analisar casos concretos de gestão do território que mostrem a importância da preservação e conservação do património natural e cultural;
- Analisar criticamente problemas que afectam a região onde vive, reflectindo sobre soluções possíveis para os problemas detectados;
- Utilizar técnicas e instrumentos adequados de pesquisa em trabalho de campo;
- Seleccionar, sistematizar e interpretar dados estatísticos, rentabilizando o uso de técnicas de expressão gráfica e cartográfica.

PARTE IV

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia de carácter pedagógico

García, A. (1995). *Didáctica e Innovación Curricular*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla.

Esta obra é uma referência actualizada e rigorosa sobre o *design*, o desenvolvimento, a inovação e a avaliação curricular. Na primeira parte da obra, para além dos conceitos fundamentais, pode encontrar-se uma boa fundamentação teórica e modelos de análise quanto ao *design*, ao desenvolvimento e à avaliação curricular. A segunda parte apresenta informação sobre as diversas perspectivas, modelos e processos de inovação na sala de aula. Trata-se de uma obra de carácter geral, mas nem por isso menos importante, uma vez que aborda os grandes temas de didáctica e de currículo e as diferentes perspectivas de análise.

Henriques, M. *et al.* (1999). *Educação para a cidadania*. Lisboa: Plátano Editora.

Esta obra visa o ensino da cidadania, com independência, levando a conhecer factores sociais, conceitos teóricos e antecedentes históricos, ao mesmo tempo que abre pistas de pesquisa e aprofundamento. Apresenta-se sob a forma de um roteiro dividido em sete unidades que ajudam a compreender a vida pública, local e nacional e a avaliar o lugar de Portugal na comunidade internacional. As matérias visam a compreensão básica de temas de cidadania. Apresenta, ainda, instrumentos didácticos usuais no processo de ensino/aprendizagem: sumários, enunciados de objectivos e palavras-chave, desenvolvimento das matérias, boas práticas e testes de avaliação de conhecimentos.

Prieto, F. B. (1994). *La evaluación en la educación secundaria*. Salamanca: Editorial Amarú.

Esta obra ajuda a compreender o papel desempenhado pela avaliação, assim como a sua função e a contribuição do processo avaliativo no desenvolvimento das capacidades de todos os alunos. Mostra também as possíveis relações com o desenvolvimento de projectos curriculares. Nesta obra surgem inúmeros instrumentos de grande qualidade, apresentando exemplos muito concretos para a prática da avaliação. Trata-se de uma obra actual, onde se conciliam a teoria e a prática da avaliação.

Bibliografia de didáctica da geografia

González, X. M. S. (1998). *Didáctica de la Geografía*. Barcelona: Ediciones Del Serbal.

Esta obra mostra como a Geografia favorece a compreensão de outras culturas, evidenciando diferentes relações do homem com o ambiente. Mostra como a Educação Geográfica permite desenvolver a autonomia do aluno, levando-o a levantar e a resolver problemas. O Ensino da Geografia não se deve reduzir ao ensino de conceitos e de teorias explicativas, é importante conhecer os esquemas de conhecimento de cada aluno,

tendo em consideração o contexto social onde ele está inserido. Considerando estes dois vectores é possível desenvolver actividades didácticas que sejam úteis na resolução de problemas sociais e ambientais.

Merenne-Schoumaker, B. (1999). *Didáctica da Geografia*. Porto: Edições ASA.

Esta obra procura articular Geografia e Pedagogia, teoria e prática, propondo aos educadores um instrumento de autoformação, baseado em quatro questões: o que devem saber e saber fazer os alunos, o que ensinar e como avaliar as aprendizagens. São abordadas problemáticas, presentes no ensino da geografia, nomeadamente como educar geograficamente os alunos, como organizar actividades educativas de acordo com as necessidades e dificuldades dos alunos, etc, na perspectiva de um ensino que privilegie o ensinar a aprender.

Bibliografia geral de carácter científico

António Barreto (Org.) (2000). *A Situação Social em Portugal, 1960-1999, volume II Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Esta obra, de autores diversos, inclui indicadores representativos da situação social portuguesa e indicadores relativos às empresas existentes e respectivos trabalhadores. Apresenta ainda, tabelas contendo as comparações, desde 1960, entre os países da União Europeia. Explora também, as dimensões da análise demográfica de Portugal e da União Europeia.

Brito, R. S. (1994). *Perfil Geográfico*. Lisboa: Editorial Estampa.

Nesta obra colectiva é apresentado um quadro geográfico do território nacional, sendo abordadas questões relativas à morfologia e climatologia, à distribuição populacional, às actividades económicas, às formas de povoamento, aos transportes, às políticas económicas e aos desequilíbrios regionais e às relações entre Portugal e a União Europeia.

Comissão Europeia (1995). *A Europa em Números*. (4ª Ed.). Luxemburgo: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.

Esta obra é uma síntese da integração europeia e das respectivas políticas sectoriais nomeadamente população e condições sociais, energia e indústria, agricultura e pesca, comércio externo e balança de pagamentos, serviços e transportes, ambiente e desenvolvimento, salientando factos relevantes da Comunidade através de comentários, gráficos, quadros estatísticos e mapas relevantes, no momento da sua publicação e que ajudam a compreender algumas das actuais reformas e directrizes comunitárias.

Daveau, S. (1995). *Portugal Geográfico*. Porto: Sá da Costa Editora.

Nesta obra, dividida em cinco partes, são expostos de uma forma simples, dados de base que permitem a qualquer cidadão entender o país. Na primeira parte aborda-se a posição de Portugal no mundo, sendo analisada a sua situação em termos de ambiente natural e de relações entre os homens. Na segunda parte, faz-se o enquadramento de Portugal no contexto da Península Ibérica e do Atlântico. Na terceira parte, analisa-se a diversidade interna do território, bem como conjuntos regionais diferenciados. Na quarta parte, abordam-se as marcas da vida rural nas paisagens. Por fim, as áreas urbanizadas, a sua estrutura em constante mutação e as suas funções, constituem os temas da última parte.

Environment Agency Office For Official Publications Of The European Communities (1998). *Europe's environment: the second assessment*. Luxemburg: Elsevier Science Ltd. Oxford.

Nesta obra são descritos o estado do ambiente, os impactos e as políticas que visam dar resposta aos doze maiores problemas ambientais europeus nomeadamente as alterações climáticas, a depleção do ozono estratosférico, os lixos, a biodiversidade, a degradação das águas doce e marinha, das áreas costeiras, dos solos e do ambiente urbano. Contém dados e cartografia relevantes para a docência da disciplina de Geografia.

INE. (1998). *Pescas em Portugal-1986-1996*. Lisboa: Direcção Geral das Pescas e Aquacultura.

Nesta obra é traçada uma visão actual e prospectiva das Pescas em Portugal desde a adesão à Comunidade Económica Europeia. É realizada uma caracterização da frota portuguesa e respectiva actividade, dos pesqueiros, do destino do pescado, do comércio externo do sector e da caracterização da população que trabalha na actividade. Contém dados e quadros relevantes para a docência da disciplina de Geografia.

Medeiros, C. A. (1996). *Geografia de Portugal: ambiente natural e ocupação humana - uma Introdução*. Lisboa: Editorial Estampa.

Esta obra apresenta um quadro resumido das principais questões da geografia de Portugal, funcionando como uma introdução ao estudo aprofundado das mesmas, por um lado, apoia-se em trabalhos académicos, bem como em obras de base e, por outro lado, reflecte a concepção pessoal e a experiência do autor. As matérias estão divididas por vários capítulos que traçam os diferentes temas da geografia física e humana de Portugal: o território e a sua posição, o relevo, o clima, a população, as actividades económicas, as aglomerações urbanas e a estruturação do território e as suas relações com o exterior.

M.E.P.A.T. (1999). *Portugal P.N.D.E.S., 2000-2006. Diagnóstico Prospectivo*. Lisboa: autor.

Nesta obra, que contém dados e quadros estatísticos relevantes para a docência da disciplina de Geografia, é avaliada a situação da sociedade e da economia portuguesa nos finais da década de 90 e elaborada uma visão prospectiva para o século XXI.

Moita, L. (Dir.). (2000). *Janus 2001- Anuário das Relações Exteriores*. Lisboa: Público e Universidade Autónoma.

Esta obra, uma colectânea de artigos de vários autores, está organizada em três capítulos distintos: um primeiro capítulo cujo tema é Portugal e o Mundo, onde é feita uma análise da conjuntura internacional; um segundo capítulo intitulado “A arquitectura política europeia” onde se realiza um levantamento de posições que ajudam a compreender a inserção portuguesa no espaço europeu e no contexto internacional e um terceiro capítulo que abrange cerca de metade da obra, constituindo um dossier sobre a actualidade das migrações internacionais e, ainda, sobre a emigração e a imigração, em Portugal.

Salgueiro, T. B. (1992). *A Cidade em Portugal: uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento.

Nesta obra sistematizam-se e organizam-se os conhecimentos de geografia urbana que possam ser utilizados na definição de políticas urbanísticas. Na primeira parte, analisa as características morfológicas das cidades portuguesas tendo em conta a sua evolução histórica e o papel dos diversos agentes e da legislação urbanística na configuração do território. Em seguida, explica a organização funcional do espaço urbano. Por último, aborda o tema das mutações que as cidades sofrem ao longo do tempo.

Sugere-se, ainda, a consulta da seguinte bibliografia:

Bibliografia de carácter pedagógico

Casanova, M. ^a (1995). *Manual de Evaluación Educativa*. Madrid: Ediciones La Muralla.

Catalán, A. & Catany, M. (1996). *Education Ambiental en la Enseñanza Secundaria*. Madrid: Miraguano Ediciones.

Coll, C. (1994). La concepción construtivista y el planteamiento curricular de la Reforma. In Escaño, J. e Serna, M. G. *Cómo se aprende y cómo se enseña*. Barcelona: Ediciones Horsori.

Elliott, J. (1991). *L’Education á l’Environnement en Europe: innovation Marginalization ou integration dans Environnement*. Paris: OCDE.

Gimeno, J. (1988). *El Curriculum: una reflexión sobre la práctica*. Madrid: Morata Ediciones.

Novak, J. B. (1988). *Aprendiendo a aprender*. Barcelona: Ediciones Martínez Roca.

Novo, M. (1998). *La Educacion Ambiental, Bases éticas, conceptuales y metodológicas*. Madrid: Ediciones UNESCO.

Perez, M. R. & Lopez, E. D.(1990). *Curriculum y aprendizaje*. Madrid: Editorial Itaka.

Zabalza, M. (1994). *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*. Porto: Edições ASA.

Bibliografia de didáctica da geografia

Alexandre, F. & Diogo, J. (1990). *Didáctica da Geografia. Contributos para uma Educação no Ambiente*. Lisboa: Texto Editora.

Audigier, F. (1992). Pensar la Geografia escolar, in *Documents d'anàlisi Geogràfica*, nº 21, pp. 15/33

Bailey, P. (1981). *Didáctica de la Geografía*. Madrid: Ediciones Cincel.

Baud, P. et al. (1999). *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Edições Plátano.

Boira, J. et al. (1994). *Espacio Subjectivo y Geografía*. Valencia: Ediciones Nau Llibres.

Broek, J. (1981). *Iniciação ao estudo da Geografia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Cachinho, H. & Reis, J. (1991). Geografia Escolar – (Re)pensar e (Re)agir. *Finisterra*, Vol. XXVI, nº52, pp. 429/443. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Claval, P. (1989). La Place de la Géographie dans l'Enseignement. *L'Espace Géographique*, Vol. XVIII, nº2, pp.123/24.

Claval, P. (1993). *La Géographie au temps de la chute des murs*. Paris: Editions L'Harmattan.

Comissão da Educação Geográfica (1992). *Carta Internacional da Educação Geográfica*. Lisboa: Associação dos Professores de Geografia.

Daveau, S. (1984). Visão do mundo, televisão e ensino da Geografia. *Finisterra*, Vol. XIX, nº38, pp. 252/256. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Fabregat, C. (1995). *Geografía y Educacion, sugerencias didácticas*. Madrid: Ediciones Huerga Fierro.

González, X. M. S. (1990). Proyectos Curriculares y didáctica de Geografia. *Geocrítica*, nº85, pp. 3/43. Barcelona: Universidad de Barcelona.

González, X. M. S. (1996). *Metodología y procedimientos en didáctica de Geografía: la propuesta del proyecto GEA*, pp. 173/184. III Jornadas de Didáctica de la Geografía. Madrid: Universidad de Madrid.

González, X. M. S. & Santos, R. (1996). Ensenar Geografía o educar geográficamente a las personas. *Didáctica de las ciencias sociais, Geografia e História*, nº 9, pp. 15/26.

Graves, N. (1985). *La enseñanza de la Geografía*. Madrid: Ediciones Visor.

Graves, N. (1989). *Nuevo método para la enseñanza de la Geografía*. Barcelona: Ediciones Teide.

Jiménez, A. M. & Gaite, M. J. M. (1995). *Enseñar Geografía, de la teoría a la Práctica*. Madrid: Editorial Síntesis.

Johnston, R. J. (1994). *A Question of Place, Exploring the practice of Human Geography*. Oxford: Blackwell.

Lacoste, Y. (1986). *La enseñanza de la Geografía*. Salamanca: ICE.

Lacoste, Y. (1986). Penser et enseigner la Géographie. *L' Espace Geographique*, Vol. XV, nº 1, pp. 24/27.

Lacoste, Y. (1999). *Géographie, éducation civique*. Paris: Éditions de la Cité.

Merenne-Schoumaker, B. (1985). Savoir penser l'espace. Pour un renouveau conceptuel et méthodologique de l'enseignement de la Géographie dans le secondaire. *L'information Géographique*, nº49, pp.151/160.

Bibliografia geral de carácter científico

António Barreto (Org.). (1996). *A Situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Beaujeau-Garnier, J. (1983). *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cachinho, H. (1996). *Centros comerciais em Lisboa. Os novos espaços de consumo*. Série EPRU, nº 37. Lisboa: CEGE/INIC.

Caetano, L. (1986). A terciarização das zonas industriais. *Actas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*, pp. 481/490. Coimbra.

Caetano, L. (1995). Distritos industriais no desenvolvimento recente de Portugal: o caso do centro-litoral. *Cadernos de Geografia*, nº 14, pp. 3/16.

Caetano, L. (1996). Indústria e ambiente: conflito permanente?. *Cadernos de Geografia*. nº 15, pp. 35/42.

Cavaco, C. (1985). A agricultura a tempo parcial como ‘factor de estabilidade e de paz social’ em Portugal. *Finisterra*. vol. 20, nº 39, pp. 47/107. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Cavaco, C. (1994). *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.

Cavaco, C. (1999). (Coord.). *Desenvolvimento rural. Desafio e utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Comissão Europeia (1999). *Esquema de desenvolvimento do espaço comunitário*. Luxemburgo: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.

Daveau, S. (1977). *Répartition et rythme des précipitations au Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Daveau, S. (1987-1991). *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa Editora.

Ferrão, J. (1992). *Serviços e Inovação*. Oeiras: Celta Editora.

Ferrão, J. (1996). Educação, Sociedade cognitiva e regiões inteligentes. *Inforgeo*, nº11, pp. 97/104. Lisboa: Associação dos Professores de Geografia.

Ferreira, J. P. C. et al. (1998). Caracterização dos sistemas hidrológicos de Portugal Continental e avaliação das suas reservas hídricas, in *Desenvolvimento de um Inventário das Águas Subterrâneas de Portugal*. vol. 2. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia e Ciência.

Fonseca, M. L. (1990). *População e território: do país à área metropolitana*. Lisboa: Memórias do Centro de Estudos Geográficos.

Gaspar, J. (1987). *Portugal, os próximos 20 anos, ocupação e organização do território-retrospectivas e tendências*, vol.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gaspar, J. (1993). *As Regiões portuguesas*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.

Gaspar, J. (2000). Cidades médias e cidades intermédias. Novas funções, novas formas urbanas em Portugal, in *Ciudades Intermédias. Urbanización Sostenibilidad*, pp. 125/140. Lleida: Milenio.

Gaspar, J. & Butler C. J. (1988). As telecomunicações e a localização de Portugal no espaço informativo global. *Finisterra*, vol. 13 , Nº 46, pp. 189/224. Lisboa: Centro Estudos Geográficos.

George, P. (1993). *O Homem na Terra – a Geografia em acção*. Lisboa: Edições 70.

Guichard, F. (1990). *Géographie du Portugal*. Paris: Masson.

Jacinto, R. (1995). As regiões portuguesas de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de cooperação transfronteiriça. *Cadernos de Geografia*, nº 14, pp.37/54.

Jacinto, R. (1995). O mundo rural e o seu desenvolvimento. *Cadernos de Geografia*, nº 14, pp.143/145.

Lopes, A. S. (1995). *Desenvolvimento Regional*. Lisboa: Edições Fundação Calouste Gulbenkian.

Lopes, E. R. et al. (1989). *Portugal – o desafio dos anos 90*. Lisboa: Instituto Humanismo e Desenvolvimento/Editorial Presença.

Medeiros, C. A. (1960). *Geografia de Portugal: ambiente natural e ocupação humana – Uma introdução*. Lisboa: Editorial Estampa.

Nazareth, J. M. (1979). *O envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa: Edições Presença.

Palameque, F. L. (Coord.). (2000). *Geografia da Europa*. Barcelona: Ediciones Ariel S.A.

Ribeiro, O. (1970). *Ensaio de Geografia Humana e Regional*. Lisboa: Sá da Costa Edições.

Ribeiro, O. (1986). *Iniciação em Geografia Humana*. Lisboa: Sá da Costa Edições.

Ribeiro, O. (1991). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. Lisboa: Sá da Costa Edições.

Ribeiro, O. et al. (1987-1991). *Geografia de Portugal*, 4 Volumes. Lisboa: Sá da Costa Edições.

Salgueiro, T. B. (1987). Os transportes no desenvolvimento das cidades Portuguesas, in *Povos e Culturas*, vol. 2, pp. 113/144.

Salgueiro, T. B. (1989). Novas formas de comércio. *Finisterra*, vol. 24, nº 48, pp.151/217. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Salgueiro, T. B. (1994). Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. *Finisterra*, vol. 29, nº 57, pp.79/101. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Salgueiro, T. B. (1994). O comércio e a cidade: Lisboa e Porto. *Finisterra*, vol. 29, nº 57, pp.177/183. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Salgueiro, T. B. (1997). Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. *Finisterra*, vol.32, nº 63, pp.173/190. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Santos, N. P. (1995). As dimensões da emigração na sociedade portuguesa contemporânea. *Cadernos de Geografia*, nº 14, pp.55/76.

Tomas, F. (1994). Du paysage aux paysages, in *Geographie de Lyon*, vol. 69, nº4, pp. 277/286.

ENTRADAS NA INTERNET

www.aprofgeo.pt

Outras entradas inseridas na revista *Geoboletim*, publicação da APG.